

DEFESA DE ESPINHO

DIR. INT. J. M. GABRIEL DE JESUS

FUNDADOR: BENJAMIM COSTA DIAS

SEMANÁRIO - ANO 49.º - N.º 2606 - QUINTA-FEIRA, 11 DE MARÇO DE 1982

PREÇO 10\$00

**NA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL**

**Aprovadas
propostas da AD**

CASAS CLANDESTINAS SERÃO LEGALIZADAS

PÁGINA 5



Luís Couto Alves Gomes, presidente da Assembleia Municipal de Espinho, terá abandonado o CDS para se filiar no PSD, garantiram ao nosso jornal.

Não obstante os nossos esforços nesse sentido, não foi possível contactar Luís Gomes até à altura do encerramento desta edição, no sentido de confirmar a notícia, que, contudo, consideramos digna de crédito. Luís Gomes é o segundo presidente da

LUÍS GOMES

(Presidente da Assembleia Municipal)

TROCA O CDS PELO PSD?

Assembleia Municipal no presente mandato, como o anterior da Aliança Democrática.

Curioso é o facto de também o anterior presidente do órgão deliberativo, Carreira de Lima, ter também trocado o CDS pelo PSD, antes de se demitir do cargo por discordâncias com o presidente da Câmara quanto àquilo que na altura considerou intromissão deste nos assuntos da Assembleia, a propósito da construção do parque de campismo de Sales.

OBRAS DA PRAIA ESPORÃO JUNTO À PISCINA JÁ ARRANCOU

PÁGINA 3

REUNIÕES DA CÂMARA PODEM VIR A SER SEMANAIS

• OTL de novo em Espinho

• Ampliação da Linha do Norte eliminará Avenida João de Deus?

PÁGS. 2 E 3

Já!
em 1979
o
Governo
discordava
do
parque
de
campismo
de
Sales

PÁG. 4

**poder local
sessão da câmara**

Fazer ou não «jogo escondido» (SIC, José Catarino, da APU), foi a questão. A discussão, aqueceu, escaldou mesmo, a propósito das reuniões públicas e privadas do Executivo. Um «cheirinho» só: José Fonseca, presidente da Câmara, para José Catarino: — Estás a ser tristemente original. Resposta de José Catarino: — Tenho de chamar a atenção para a linguagem que está a usar. Se quer entrar por esse campo...

Reuniões podem vir a ser semanais se for aprovada proposta da A.P.U.

Na última sessão pública da edilidade, o vereador José Catarino apresentou uma proposta no sentido de as sessões camarárias se passarem a realizar semanalmente, em vez de quinzenalmente como agora acontece. O assunto será reanalisado na próxima sessão mas o proponente pretende que ela entre em vigor já em 1 de Abril próximo.

Basicamente, o vereador da

postura para o problema da longa duração das reuniões, entre outros.

Catarino refere ainda na sua proposta que, em meses de 5 semanas, as reuniões terão lugar nas primeiras quatro e estabelece o horário de funcionamento das mesmas e assuntos a tratar nas primeiras e terceira, por um lado, e nas segundas e quarta, por outro.

Já no final da sessão e a propósito de uma sua abstenção na votação de um assunto que dizia não estar agendado para a sessão, vir-se-ia a conhecer melhor alguns fundamentos da proposta do referido vereador.

Catarino, pelo que transpareceu, mostra-se contrário às reuniões preparatórias nas quais, ao que parece, não tem participado por discordar daquilo que classificou de «jogo escondido».

Como se sabe, esta Câmara adoptou um consenso segundo o qual todos os assuntos a discutir nas sessões públicas, que decorrem na primeira e terceira quinta-feira de cada mês, seriam agendados até segunda-feira, preparando-se os vereadores sobre as matérias a discutir nas referidas reuniões preparatórias. Na altura de tal consenso, Catarino não era ainda o vereador da APU, pois, como é do domínio

público, está a substituir temporariamente o seu colega Casal Ribeiro.

Nesta sessão referiu que alguns assuntos estavam a ser discutidos sem terem sido agendados até segunda-feira, de acordo com o tal consenso.

Houve quem contrapusesse que há sempre assuntos de última hora a incluir na agenda pelo que o consenso não poderia ser seguido à rigida, mas, entretanto, o debate descambou para a questão das reuniões privadas, tendo Marçal Duarte afirmado:

— Se você não concorda com as reuniões preparatórias, ao

contrário do que fazia o seu colega, isso é um problema seu.

Catarino: — Não ponho em causa as reuniões privadas, mas depois posso ditar para acta a minha posição sobre aquilo que acho incorrecto.

Artur Bártolo: — Nas reuniões privadas não se delibera nada. As deliberações são tomadas aqui. Não há aqui nenhum arranjinho. Aqui não há nada escondido.

Catarino: — Eu não posso concordar que haja situações melindrosas que não possam ser discutidas em público.

Somos homens públicos e as nossas posições devem ser transparentes. As reuniões preparatórias são só para se tomar conhecimento, não são para deliberar. É bom que não haja da nossa parte jogo escondido.

José Fonseca, presidente: — Estás a ser tristemente original.

José Catarino: — Tenho de chamar a atenção para a linguagem que está a usar. Se quer entrar por esse campo...

José Fonseca: — Usas uma argumentação pré-fabricada.

José Catarino: — Não, vocês é que a têm.

Outros assuntos

CEMITÉRIO DE ANTA — A Junta de Freguesia de Anta deliberou entregar a dois arquitectos o projecto respeitante ao alargamento do cemitério daquela freguesia. Solicitou, entretanto, à Câmara que forneça aos técnicos todo o apoio no sentido da execução do referido projecto. A Câmara não só encarregou a Repartição Técnica de fornecer esses elementos, como vai organizar o processo no sentido de expropriar por utilidade pública os terrenos necessários a tal obra.

EX-BISPO DO PORTO — A Câmara deliberou «associar-se a todos os cristãos do concelho», promovendo em data a combinar, uma homenagem nesta cidade a D. D. António Ferreira Gomes, bispo resignatário do Porto, pela sua luta pela liberdade.

CONTAS DA GERÊNCIA 81 — A gerência camarária deu, em 1981, um saldo de 39 mil contos. Do ano anterior transitara um saldo de 49 mil contos, tendo sido arrecadadas receitas no valor de 202 mil contos, o que perfaz, cerca de 251 mil contos. Como os pagamentos fossem na ordem dos 213 mil contos, sobejaram os 39 mil contos. As contas, nos termos da lei, vão ser submetidas ao Tribunal de Contas, para aprovação técnica, e depois ao Conselho Municipal, para parecer político, e à Assembleia Municipal para aprovação igualmente política.

LOTEAMENTOS EM PARAMOS — A Junta de Freguesia de Paramos está interessada no loteamento de terrenos para venda com vista à construção própria, num processo semelhante ao que a Câmara utilizou no Formal, em Silvalde. Por isso pediu o parecer favorável da Câmara para aquisição de terrenos que estão à venda para esse efeito.

NOVO TRIBUNAL — O Ministério da Justiça ratificou o parecer relativo ao projecto base. Entende ser de apoiar o projecto base n.º 3 se forem respeitados determinados aditamentos.

PLANO DE URBANIZAÇÃO — A Junta de Freguesia de Silvalde pediu à Câmara que fossem tomadas em consideração, aquando da revisão do plano de urbanização, algumas sugestões daquele órgão autárquico. Referindo tratar-se de um «justo anseio por parte da população da freguesia», a Junta pretende que ali sejam criadas mais zonas habitacionais.

ESPLANADA — Vão ser implantados mais bancos de pedra no Largo 25 de Abril, junto ao café «Esquimó» por forma a salvaguardar as zonas verdes, que são atravessadas por pessoas menos civilizadas e, consequentemente, deterioradas.

JARDIM INFANTIL DE SILVALDE — Professoras do jardim infantil do Bairro Piscatório, em Silvalde, dizem que as instalações não são as melhores para aquele tipo de ensino, propondo

BAIRRO PISCATÓRIO — A Secretaria de Estado dos Assuntos Sociais concordou com a transferência da propriedade das casas do Bairro piscatório para os seus inquilinos, supõe-se que mediante a actualização das rendas, mas as condições não estão ainda bem definidas. Entretanto, a Câmara vai pavimentar a artéria principal do Bairro, obra que custará mil e seiscentos contos.

ABASTECIMENTO DE AGUA — Como já fizera a Câmara de Gaia, também os Serviços Municipalizados daquele concelho comunicaram à edilidade de Espinho que estavam dispostos a entrar em investimento intermunicipal com o nosso concelho e o da Feira para a resolução do problema da água. A Câmara local vai fazer no sentido de, o mais rapidamente possível ser oficializado o recurso aos referidos investimentos intermunicipais.

AEROCULUBE, SIM OU NÃO? — Numa reunião em que participaram várias entidades interessadas no assunto a Junta de Freguesia de Paramos foi da opinião que o aeródromo de Paramos devia ser extinto. De idêntica opinião que o foi a Assembleia de Freguesia, ao afirmar, através de um seu representante que o povo de Paramos não vê de bom grado a existência do aeródromo. A Câmara, por seu turno, e através do seu presidente, vê interesse no aeroclube, enquanto a direcção-Geral de Navegação Aérea considera ser necessária uma solução para evitar os riscos que se correm com o atracessamento da pista pelo acesso ao lugar da Praia, em Paramos. A posição do Exército é que o aeródromo tem interesse tanto para os militares como para os civis. Entretanto está em curso um plano de urbanização para a zona e é preciso encontrar soluções para a segurança da pista e das populações. Para já a Câmara pretende que a Aeronáutica Civil consiga a rápida aprovação, pela Direcção-Geral do Planea-

mento Urbanístico, do referido plano de urbanização.

«BOLO» AS COLECTIVIDADES — O Rancho de S. Martinho, Anta, e a Nascente, para as «Janeiras», já apresentaram a documentação exigida pela Câmara para a concessão do «bolo». Clube Académico de Espinho e Orfeão local também já a haviam apresentado. Não foi, entretanto, feita qualquer alusão à recomendação da Assembleia Municipal sobre esta matéria qual aliás não estava agendada, sido apovado o mesmo regulamento camarário do ano passado, apenas com a eliminação do ponto 6.

INSTALAÇÕES — O antigo gabinete do Chefe das Finanças, no rés-do-chão do edifício camarário, vai albergar a Junta de Freguesia de Espinho. De igual modo, parte da antiga tesouraria das Finanças albergará os serviços de secretaria do Conselho Municipal e da Assembleia Municipal, de acordo com a proposta da comissão encarregada de distribuir as instalações deixadas vagas pela Repartição de Finanças.

ESCOLAS NO RIO LARGO — Deverão ser construídas em breve 8 salas de aula no Rio Largo; embora não nos terrenos inicialmente previsto para esse efeito. Entretanto, a Câmara reuniu com as Juntas a fim de estudar a melhor implantação de

escolas do ensino pré-primário nas freguesias.

HORÁRIO DE TRABALHO — O chefe da Secretaria foi alertado para o facto de não estar a ser cumprido o horário de trabalho na Biblioteca local. Esta Biblioteca é da Gulbenkian mas os funcionários estão a vencer pela Câmara. Vai ser consultada a Gulbenkian no sentido de ser esclarecida a situação.

CONSTRUÇÃO — O problema levantado pelo munícipe António Gonçalves da Silva na reunião da Assembleia Municipal da semana passada foi também presente na reunião da Câmara de quinta-feira. O munícipe expôs o assunto à Secretaria de Estado de Habitação e Urbanismo que, por sua vez, solicitava informações à Câmara para lhe poder responder. O assunto baixou à Repartição Técnica para emissão de parecer visando posterior decisão.

CARRINHA — Em relação à proposta que havia sido apresentada pelo vereador Furriel Ruano, ficou decidido utilizá-la também em benefício das colectividades, para além do serviço para o pré-primário. As colectividades terão a seu encargo as despesas com o motorista e pagarão 50 escudos/hora ou 10 escudos/quilómetro.

Ampliação da linha do Norte

podará eliminar a Avenida João de Deus

Como é já do domínio público, a CP pretende duplicar a linha do Norte, entre Porto e Aveiro, passando aquela rodovia a dispôr de quatro vias, em vez das duas actuais.

Para Espinho, porém, tal ampliação atropela o plano de urbanização e, entre outros inconvenientes, praticamente eliminaria a Av. João de Deus.

Evidentemente que a edilidade não concorda com tal intenção da CP, embora a empresa ferroviária não veja «colisões significativas», com o plano de urbanização.

Comentário do eng. Pinto Correia, chefe da Repartição Técnica: — **Fará se eles vissem...**

José Catarino:— **Não vêem colisões significativas com o plano de urbanização mas dizem que nós temos de rever o plano de urbanização... Temos de tomar posição se não qualquer dia temos aí a declaração de utilidade pública dos terrenos e depois não há nada a fazer.**

Trata-se de um processo que já vem do ano passado. Em 1 de Outubro, a Câmara encarregara o chefe da Repartição Técnica e o presidente da Câmara de estudar

uma proposta a apresentar sobre a questão. Quatro dias depois afirmava não aceitar a alteração do plano de urbanização e que não se comprometia em nada sem consultar os restantes órgãos autárquicos interessados no processo: Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia de Paramos e Silvalde.

Como ainda não fossem consultados os referidos órgãos autárquicos, a Câmara vai agora fazê-lo e, ao mesmo tempo, põe-se à disposição da CP para encontros de trabalho sobre o assunto.

O. T. L. de novo em Espinho: Marçal Duarte rejeita ser de novo responsável local

A semelhança do que aconteceu no ano passado, a Câmara Municipal está interessada no programa de ocupação dos tempos livres dos jovens (O. T. L.), iniciativa da Secretaria de Estado do Turismo.

As inscrições já estão em curso e terminam em 8 de Abril mas este ano estão limitadas a estudantes, para que não sobressaia a ideia que o O. T. L. é um trampolim para o primeiro emprego, como afirmou o vereador Marçal Duarte, que o ano passado foi o responsável local pelo programa.

Disse ainda ser opinião unânime que os resultados dessa experiência O. T. L. em Espinho foram bons, para além de que, como este ano, não trouxe quaisquer encargos para a edilidade.

Este ano, os jovens trabalharão para a Câmara, Cerci, etc., sendo de salientar que há pedidos de outras instituições no sentido de conseguir a colaboração destes jovens.

José Catarino não deixou, contudo, de referir que no ano passado não houve grande planificação, nem aproveitamento, enquanto Furriel Ruano defendia uma maior fiscalização sobre o trabalho dos jovens.

Para Marçal Duarte, porém, não compete à Câmara fiscalizar os trabalhos dos jovens. E respondendo a José Catarino, disse:

— **A limpeza e vigilância da praia foi a única que não resultou. Tenho duas dezenas de cartas que não podiam render mais homenagem ao trabalho feito.**

O presidente da Câmara propôs, entretanto, que Marçal Duarte continuasse como responsável local da O. T. L. mas aquele vereador, aludindo claramente a críticas que haviam sido feitas ao seu trabalho num outro jornal local, respondeu:

— **Não. Sou pessoa bastante sensível e as críticas derrotistas levam-me a tomar certas atitudes.**

De qualquer modo, ficou deliberado encarregar o presidente e o vereador a tempo inteiro de responder ao departamento de Estado encarregado do O. T. L., fornecendo o número de jovens em que estão interessados e se desejam indicar um responsável local. Como transpareceu, ficou a convicção que o presidente vencerá Marçal Duarte a aceitar novamente a coordenação local da O. T. L.

No «Praiagolfe»: Lions Clube de Espinho promove conferência-colóquio

As actividades do Lions Clube de Espinho têm decorrido com a normalidade habitual, cumprindo-se o programa estabelecido.

No dia 5 de Fevereiro passado realizou-se o jantar de Calendário que decorreu com grande animação e que como de costume se realizou no salão principal do Hotel «Praiagolfe». Desta vez houve uma atracção de fados e guitarradas por um grupo local e que constituiu um forte motivo de interesse, tendo sido muito apreciada a sua actuação.

No dia 20 do mesmo mês, realizou-se o tradicional baile de Carnaval que, como de costume, constituiu um êxito tendo-se esgotado a capacidade do salão do hotel muitos dias antes do baile. Durou até às 6 horas do dia seguinte.

Entretanto e na sequência de conferências que o Lions tem vindo a levar a efeito, realiza-se no próximo dia 19 de Março pelas 21.45 horas no Hotel «Praiagolfe» uma conferência-colóquio sobre o tema «Educar para o futuro» em que é conferente o presidente da Escola de Pais Nacional, eng. José Gil da Costa.

A Associação «Escola de Pais Nacional» reconhecida de utilidade pública — de inspiração cristã — já realizou vários cursos na cidade de Espinho havendo justificada expectativa pela comunicação do seu mais legítimo representante, o eng. José Gil da Costa, que desde a primeira hora tem dedicado grande parte do seu tempo a este movimento de grande interesse para as famílias e educação dos filhos.

Eles eram tantos sacos e o pessoal sem batata...

A falta de batata no mercado português, de algum tempo para cá, parece ir entrar na normalização, já que a todo o país estão a chegar vagões de mercadorias, carregados daquele produto alimentar, e ao que soubemos importado de Espanha.

No Porto, 350 toneladas estão a ser «despejadas» diariamente, até que se atinja o normal abastecimento do mercado distrital.

Em Espinho, aconteceu distribuição de batata, na passada terça e quarta-feira, só que esta, cá como noutras localidades, foi destinada aos armazenistas. A responsável por esta distribuição foi a tão criticada Junta Nacional das Frutas. Espinho foi contemplado com sete vagões, que nestes dois dias encheram dezenas de camione-

tas e furgões de batata. Como é obvio, e devido ao descontentamento por parte das populações, face à falta de tão carecido alimento, dezenas de consumidores concentraram-se nas imediações da linha da C. P., 50 metros a norte do Matadouro Municipal, no intuito de poderem comprar alguns quilos, o que em parte parece ter sido conseguido.

Como a confusão se avolumou, foi solicitada a intervenção da PSP que fez deslocar um piquete de segurança e vigilância aos vagões carregados, já que alguns iam ficando vazios, depois de feita a transferência para camiões e outros. Em média, cada camioneta levava 700 sacos, de 25 Kg. cada.



Pelo sim, pelo não, a Polícia foi chamada não fosse a «fome» da batata actuar...

OBRAS DA PRAIA:

ESPORÃO JUNTO À PISCINA ARRANCOU

Confirma-se a notícia que demos em primeira mão sobre o início da construção do esporão n.º 1, junto à Piscina Municipal, das obras de defesa e reconstrução da praia.

Com efeito, elas começaram já na segunda-feira.

Entretanto, a pedido da Somague, a concessionária da obra, Câmara e Assembleia municipais aprovaram a proibição do estacionamento na Rua 2, entre as ruas 23 e 41, por forma a evitar os perigos decorrentes do transporte de pedras que se fará naquele trajecto. Da Rua 23 para

norte, os camiões descerão pela plataforma junto ao mar.

Por outro lado, o trânsito automóvel, à excepção das viaturas ao serviço da Somague, será proibido no referido troço da Rua 2, entre as ruas 23 e 41, já a partir dessa altura se prevê comecem a ser transportados dos estaleiros para o esporão já em construção os tetrápodes, ou pés-de-galinha.

Enfim, tudo se prepara para que as obras da praia estejam concluídas até Setembro, conforme anunciamos.

Família «DE»

precisa crescer ainda mais

Somos já uma grande família mas continuamos a crescer. E precisamos de crescer ainda mais.

Todas as semanas temos vindo a registar novos assinantes. E só com um crescente número de assinantes e um maior apoio publicitário, poderemos fazer um jornal de mais páginas, com informação mais pormenorizada, mais diversificada.

Os custos de tipografia sobem assustadoramente e uma agência publicitária não deve suportar os custos de ser proprietária de um jornal. Um

jornal tem de alimentar-se financeiramente. Por todos os motivos.

Faça como os srs. Luís Manuel Carvalho, José Alves da Silva, Joaquim Carlos da Silva, como a sr.ª Alda Cascais e a Proalpedros (Produtos Alimentares Irmãos Pedros), que acabam de entrar para a nossa família.

Envie-nos 400\$00 em dinheiro, cheque ou vale do correio e receba em sua casa, durante 52 semanas o nosso jornal. E, já agora, indique um amigo que possa ser nosso assinante. A vantagem, verá, é sua.



CONDENADO A 42 DIAS DE PRISÃO POR INJURIAR AGENTE DA PSP

A Polícia de Segurança Pública através de um seu agente procedia, na feira semanal, à identificação de um indivíduo, quando um outro, estranho ao que estava a passar, resolveu intrometer-se no serviço do guarda policial.

O intruso, José Vítor Fernandes Magalhães, de 35 anos, casado, industrial, morador na Rua Santos Pousada, n.º 619, casa 4, em Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia, não tendo mais nada que fazer, desatou a insultar e injuriar o agente da PSP.

Por tal motivo, foi capturado e presente no Tribunal da Comarca, onde foi condenado a quarenta e dois dias de prisão, remíveis a 60 escudos diários, bem como o imposto de justiça e mínimo de Procuradoria.

Por certo o José Magalhães voltará a repetir tal façanha, a não ser que venha um dia a ingressar em alguma força policial.

INCÊNDIO NA «LUSOTUFO» DOMINADO PELOS BOMBEIROS

Na passada quinta-feira, pelas 20.30 horas deflagrou um incêndio na Fábrica «Lusotufu», no lugar do Monte, Cortegaça. A sua origem, ainda desconhecidas as causas, teve lugar numa secção de borracha com que se confeccionam as partes inferiores das alcatifas, e não fora a pronta intervenção das corporações de bombeiros, de Esmoriz, Espinho, Espinhenses, Ovar, Vila da

Feira e S. João da Madeira e o sinistro poderia ter consequências bem maiores e mais graves.

Já não é a primeira vez que se regista um incêndio na «Lusotufu», pois ainda em Dezembro passado ali deflagrara um outro, com os prejuízos que sempre advêm destes casos.

Os prejuízos, ao que parece elevados, encontram-se cobertos pelo seguro.

CRIANÇA CAÍU A UM POÇO MAS FOI SALVA POR UM POPULAR

Na passada semana, em frente a uma garagem da Rua dos Cardais, no lugar de Espinho, S. Félix da Marinha, uma criança encontrava-se junto a sua mãe quando, por motivo não apurado, caiu a um poço de água. Perante os gritos aflitos da mãe, Andreia Cardoso Barros, de 6 anos de idade, e filha de Fernando Barros e de Judite Cardoso, foi prontamente socorrida por um popular que, com o auxílio de um barrote de madeira e de uma corda, desceu ao fundo do poço e conseguiu trazer para a superfície a infeliz Andreia, ainda em estado de vida.

Transportada imediatamente ao Hospital de Espinho, numa ambulância dos Bombeiros Voluntários de Espinho em estado de consciência, a Andreia seguiu, mais tarde para o Hospital de V. N. de Gaia. Depois de devidamente assistida a miudita regressou a casa, recuperada.

FALECEU A VIÚVA DO FUNDADOR DA FOSFOREIRA

Faleceu em Madrid, no dia 2 de Fevereiro, D. Florentina Fierro, viúva do fundador da «Fosforeira Portuguesa», desta cidade.

A «Fosforeira» foi fundada por Don Ildefonso Fierro.

OUTROS PESSOAIS

NASCIMENTOS — Sandra Sofia, filha de José Albuquerque e de Lúcia Maria, no dia 12. Eugénio Pinto, filho de António Pinto e de Maria Alice, no dia 13. João Carlos, filho de Carlos Monteiro e de Ana Maria, no dia 14. Paulo Augusto, filho de pai incógnito e de Ana Almeida, no dia 14. Angélica dos Anjos, filha de Ernesto Ferreira e de Cidália Oliveira, no dia 17. Bruno Miguel, filho de Adão Cardoso e de Maria Maganinho, no dia 18. Raul Ferreira, filho de António Ferreira e de Maria Adelaide, no dia 22. Miriam Silva, filho de Nuno da Silva e de Maria Nunes, no dia 23. Fernando Miguel, filho de António Ferreira e de Avelina Silva, no dia 24. Luís Carlos, filho de pai incógnito e de Arminda Fonseca, no dia 25. Susana Patrícia, filha de pai incógnito e de Maria Silvina, no dia 26. Telmo Correia, filho de Alberto Correia e de

Elvira Pereira, no dia 27, todos em Fevereiro. Ana Carina, filha de Miguel Dias e de Maria Antónia, no dia 1. José António, filho de António Novo e de Laura Arminda, no dia 1.

CASAMENTOS — Duarte Teixeira e Maria Rocha, no dia 20. António Ferreira e Maria Costa, no dia 28, todos em Fevereiro.

ÓBITOS — Augusto da Rocha Pereira, de 70 anos, viúvo, no lugar do Agueiro de Cima, Paramos, no dia 1. Rosa Rodrigues Castela, casada, de 68 anos, no lugar dos Outeiros, Silvalde, no dia 2. Sebastião Pereira de Sousa, de 78 anos, viúvo, na Rua 29 n.º 601, no dia 2. Maria das Dores Oliveira, viúva, de 82 anos, no lugar da Aldeia Nova, Guetim, no dia 3, todos em Março.

Há, pelo menos, 3 anos, o Governo discorda da implantação do campismo em Sales e defende a construção de um parque em terrenos anexos à barrinha de Paramos/Esmoriz — deduz-se de um documento a que tivemos acesso.

Já em 1979 o Governo discordava do parque de campismo de Sales

A decisão do secretário de Estado do Turismo, Nandim de Carvalho, acatando o acórdão do Supremo Tribunal de Justiça relativamente à anulação do parque de campismo de Sales e colocando-se à disposição da Câmara local para implantação de um outro campismo junto à Barrinha, não é inédita. Já em Setembro de 1979, o director-geral do Turismo defendia esse ponto de vista, como se verifica em documento a que «Defesa de Espinho» teve acesso.

Trata-se da acta de uma reunião entre vários responsáveis da Direcção-Geral do Turismo, do Conselho de Inspeção de Jogos, da Câmara Municipal e Assembleia Municipal, da Repartição Técnica camarária e da Solverde, da qual reproduzimos o essencial:

O Sr. Director-Geral do Turismo deu as boas-vindas aos presentes, salientando a posição de equidistância da D.G.T. em relação às duas entidades proprietárias dos parques de campismo aprovados para Espinho, referindo ainda o carácter formal da legislação turística, que pode conduzir a que, numa determinada localidade, venham a existir tantos parques quantos os projectos formalmente correctos. A lei conduz a que a D.G.T. aprove todas as propostas que cumpram os requisitos legais.

No caso de Espinho, o problema posto ao Senhor Ministro do Comércio e Turismo, pelos sucessivos recursos que se têm oposto à expropriação por utilidade pública, levou a que fosse marcada esta reunião como uma tentativa de articulação dos interesses em presença. E tendo em conta, também, a abundância de infraestruturas similares surgidas na região, nomeadamente o parque de campismo de grande capacidade aprovado para Ilhavo, parece lícito pôr-se a pergunta:

Não será possível à Câmara Municipal de Espinho realizar os seus interesses turísticos na matéria através do parque da SOLVERDE, assumindo desde já a sua propriedade e/ou exploração, e deixando para uma segunda fase, quando se afigurar necessário, a concretização de um segundo parque?

O Sr. Director-Geral do Turismo manifestou ainda o interesse posto pelo Ministério em tentar conciliar os interesses em presença, pois o turismo deve desenvolver-se em clima de paz e inter-colaboração.

O Sr. Presidente da Câmara de Espinho, estranhando embora a questão tornar a pôr-se, irá submeter o problema à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal.

A SOLVERDE encara, em princípio favoravelmente, a pos-

sibilidade de estudar a hipótese de cedência do seu parque à Câmara, depois de prévia audiência da Administração e do Conselho Fiscal da empresa, e parecer favorável do Conselho de Inspeção de Jogos.

O Sr. Director-Geral do Turismo e o Arquitecto Santos Costa são de parecer que interessa pôr a funcionar o parque da SOLVERDE, que é obrigação da concessionária e tem garantidos os meios de investimento necessários e no caso de este se vir a revelar insuficiente, estudarem-se depois as possibilidades de instalação de outro parque num terreno que parece especialmente vocacionado para o efeito: a Barrinha de Esmoriz.

O Sr. Presidente da Câmara de Espinho contrapõe: o parque com projecto definitivo aprovado é o da Câmara. O terreno da SOLVERDE é mínimo, com uma capacidade para setecentos campistas e sem possibilidade de ampliação. É incapaz de servir os interesses de Espinho. O parque de campismo da Câmara está aprovado desde mil novecentos e sessenta e seis, integra-se no Plano de Urbanização aprovado em mil novecentos e setenta e três.

O Sr. Director-Geral do Turismo recordou que Espinho é um concelho que certamente é onerado pelos inconvenientes do jogo, mas também deve aproveitar as suas vantagens. E, entre estas, ressalta a obrigação da concessionária do jogo levar a efeito uma quantidade de infraestruturas turísticas, aliviando a Câmara dessa obrigação. Se a Câmara entendesse utilizar o parque de campismo da SOLVERDE, dispensar-se-ia a criação de outro parque, para já.

O Sr. Presidente da Câmara de Espinho disse que um parque de setecentas pessoas não serve Espinho, e considerou que essa posição por parte das entidades oficiais significa coartar a liberdade de um órgão autárquico, expressão que foi contestada pelo representante do Conselho de Inspeção de Jogos.

O Sr. Director-Geral do Turismo, dada a afirmação da SOLVERDE de inexistência de diferendo por parte da SOLVERDE quanto ao parque da Câmara, concluiu que, pelas afirmações até então produzidas poderia parecer que todos excepto a D.G.T., concordavam com a construção dos dois parques em simultâneo.

E recordou à concessionária que esta desempenha, na zona, o papel de reflector dos interesses do Estado em matéria de turismo.

Entre esses interesses está onde actual escassez de meios para financiamento dos dois parques que, nesta fase, se afiguram excessivos e de duvidosa rendibili-

dade, dado o curto período de trabalho ao longo do ano. O Sr. Ministro e a Secretaria de Estado do Turismo estão preocupados com o problema, e por isso se faz esta reunião.

O Sr. Presidente da Câmara de Espinho recordou que há uma posição assumida pela D.G.T., que disse ser o parque de campismo da Câmara complementar do da SOLVERDE. As démarches arrastam-se há três anos, não por culpa da Câmara, o que, de resto vai onerar, quase triplicar, o custo do parque.

O Sr. José Luís, da SOLVERDE afirmou que a posição da sua empresa, em relação ao parque da Câmara, é a de não dar parecer, até que este lhe seja pedido oficialmente, o que ainda não acontecera. Mas a empresa, apesar de pequenos atritos existentes com a Câmara, encara com a melhor boa-vontade a resolução do problema no sentido do sugerido pelo Director-Geral. E falando, em seu nome, vê como problema esta duplicação de parques.

O Sr. Director-Geral do Turismo voltou a insistir na existência de parques considerados, por ora, suficientes, na zona envolvente de Espinho. A Secretaria de Estado do Turismo veria com agrado a concentração de meios num só parque, nesta fase, escolhendo-se em devido tempo e quando necessário, o terreno para um segundo parque.

O Sr. Arquitecto Santos Costa recordou que, a quando da aprovação dos dois projectos, o que estava em causa era o aproveitamento de zonas arborizadas, e não a localização ideal do parque de campismo que verdadeiramente possa servir os interesses de Espinho. Dado que a construção de um dos parques é obrigatória por efeitos de contrato de concessão, seria conveniente poder dispor de tempo para estudar a localização que melhor servirá os interesses turísticos do concelho e do turismo em geral. E acrescentou que o subsídio de cinco mil contos concedido à Câmara Municipal pelas verbas da zona de Jogo e relativo a tal terreno, teve o intuito de cativá-lo com vista à eventual necessidade de ampliação de rede campista de Espinho e não visou uma concretização imediata dum parque de campismo no mesmo terreno.

O Sr. Director-Geral do Turismo encerrou a reunião pedindo que se fizesse a conciliação entre os interesses da Câmara e da SOLVERDE, pois acima deles está o interesse do turismo, dos recursos do país e da rendibilidade das iniciativas. A Secretaria de Estado, o Conselho de Inspeção de Jogos e a Direcção-Geral do Turismo darão todo o apoio que for necessário.

PODER LOCAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Um grande passo em frente foi dado pela Assembleia Municipal, por iniciativa do grupo da Aliança Democrática, tendente à legalização das casas clandestinas. Entretanto, revessem-se de certa gravidade as acusações de um assistente à Câmara, segundo as quais a Câmara se teria deixado subornar, em alguns milhares de contos, para deixar construir um prédio na zona alta da cidade.

«CLANDESTINAS» SERÃO LEGALIZADAS

— assistente acusa Câmara de se deixar subornar

Como na semana anterior, aquando da discussão do caso do parque de Sales, muito público ocorreu, na passada sexta-feira à sala das sessões dos Paços do Concelho para assistir à última reunião desta sessão da Assembleia Municipal. Na agenda, o ponto que ficara por discutir da reunião anterior: casas clandestinas.

Luis Couto Gomes presidiu à reunião e principiou por advertir o público quanto ao teor do artigo 33.º, que diz que nenhum cidadão poderia intrometer-se nas discussões, aplaudir ou reprovar qualquer decisão, sob pena de julgamento judicial.

Sobre o esclarecimento do industrial Manuel de Oliveira Violas, que este fez publicar no «Comércio do Porto» e no «DE», como publicidade paga Luis Gomes quis saber se a AM tinha conhecimento se algum membro, alguma vez, teria sido impedido de votar.

A propósito, gerou-se diálogo entre o presidente da mesa e o deputado da AD, Vicente Pinto: «Eu fui impedido de votar, por razões já conhecidas» — disse Vicente Pinto.

«Lembra-se» — inquiriu Luis Gomes.

«Fui impedido há oito dias e há cerca de meio ano» — continuou Vicente Pinto.

«O senhor, realmente, foi impedido, mas relativamente ao Parque de Sales, por ter familiares envolvidos no processo».

«Claro que fui».

«O sr. concorda então com o

regimento que votou?»

«Eu não tenho interesses no tal parque e apenas sei que fui impedido de votar».

«Mas tem familiares com terrenos no Parque, ou não?»

«Não estamos aqui para discutir problemas dos meus familiares, e meus».

«Mas o sr. Vicente conhece a lei?»

«Eu não estou abrangido por essa lei».

«Então deveria ter abandonado imediatamente a Assembleia Municipal».

«Sei apenas que tenho uma base, como o senhor que me impediu de votar».

«Sr. Vicente, não vale a pena estarmos para aqui a discutir. Estou esclarecido...». E nada mais disse Luis Gomes.

Já na ordem de trabalho, Fernando de Jesus Alves (AD) leu um comunicado da sua formação política, bem como uma proposta anexa, sobre o problema das casas clandestinas. A APU, por seu lado, fez entrar na mesa duas propostas para que a AM recomendasse aos SM, através da CME., que mandassem ligar, a título provisório, luz e água, nas casas clandestinas que já estejam inscritas, para legalização; e dar mais um prazo de 30 dias para se inscreverem os que ainda não o tenham feito. A segunda proposta da APU pedia à A.M. para recomendar à CME que intercedesse junto dos departamentos governamentais, para se proceder correctamente à resolução deste flagelante problema. Tam-

bém o Conselho Municipal, através de um ofício assinado pelo seu presidente, Moreira de Sousa, enviou uma exposição à mesa da A.M. fazendo várias recomendações.

Entrou-se seguidamente num extenso período de debate das propostas. Intervieram, Avelino Zenha (PS), Vicente Pinto (AD), Jorge Carvalho (APU), António Santos (AD), Arnaldo Rodrigues (AD), F. Galeão (APU), entre outros.

DAR LUZ OU NÃO — EIS A QUESTÃO

Acerca da proposta da APU, que mandava «dar à luz», António Santos e Arnaldo Rodrigues pediram explicações ao comunista Jorge Carvalho, sobre a alegada intenção daquele deputado estar a fazer das suas intervenções em descarada preparação para as próximas eleições, bem como em relação ao ponto em que aquele membro da APU tinha prometido que o seu partido, se fosse governo, daria plantas topográficas às classes mais desfavorecidas e colocaria os produtos de construção a preços baixíssimos. A propósito, e em resposta a Jorge Carvalho, Arnaldo Rodrigues disse que «O Partido Comunista não dá nada a ninguém, e até tira as coisas, como, por exemplo, a liberdade».

Depois realizou-se a tal reunião de uma comissão de consenso (ver «as propostas aprovadas»). Demorou 45 minutos e dela saiu a proposta (primeira) da AD com pequenas alterações, bem como a segunda, a tal foi aprovada por unanimidade e re-

comenda que «se dê à luz... e à água», a quem requeira, dentro do prazo fixado.

«SOMAGUE» COM LUZ VERDE

José Fonseca, que esteve presente à sessão, não totalmente, interveio depois de terminada a ordem de trabalhos, para o assunto urgente que é o pedido da «Somague» — concessionária das obras da praia — à Câmara Municipal, para que a partir do dia 15 (próxima segunda-feira) e até fins de Maio, não seja permitido o estacionamento de viaturas na Av. 2 (marginal à praia), em virtude do início das obras da construção do esporão em frente à piscina. O estacionamento proibido, foi solicitado entre as Ruas 23 e 41, tendo sido unanimemente aprovado por todos os presentes.

No período destinado à intervenção do público, muita roupa sujase lavou, com evidência para António Gonçalves e José Fonseca, que mantiveram polémica discussão acerca do problema da habitação.

O assistente António Gonçalves acusaria a Câmara de ter sido subornada em alguns milhares de contos para permitir a construção de um prédio na zona alta da cidade. Fonseca responderia que essas acusações teriam de ser provadas em tribunal, ao que o assistente respondeu que estava seguro das suas informações.

Seriam umas três da madrugada quando a sessão terminou, ainda com a presença de dezenas de assistentes e de quase todos os deputados.

AS PROPOSTAS APROVADAS

Já com as emendas sugeridas, é o seguinte o teor da proposta, aprovada com 26 votos a favor e apenas 1 abstenção:

«Casas clandestinas»

A resolução do problema «Construção Clandestina», só é possível, eliminando as causas que o motivam

Assim, enquanto houver, a nível nacional, uma legislação coerente sobre política de solos e de rendimento do capital aplicado na habitação, com uma correcta implementação dessa política pelas autarquias locais, não se vislumbra a possibilidade de gradualmente eliminar a «Construção Clandestina».

Porém, nada impede que a Câmara tente minimizar as nefastas consequências provocadas pelas construções existentes e pelos novos casos.

Assim, a Assembleia Municipal entende que a Câmara deve fazer o seguinte:

1. a) — Acelerar o processo de revisão do actual plano director, tornando-o extensivo a todo o concelho.

b) — Definir núcleos de «Construção Clandestina» para a elaboração de «planos de pormenor», a fim de os dotar com o mínimo regulamentar de infra-estruturas, incluindo possibilidade de expropriação de prédios rústicos ou urbanos para concretização dos planos, que poderiam ser elaborados pela Repartição Técnica ou por Gabinetes Privados, mediante uma ordem de prioridade, possibilitando assim, a legislação das construções que se enquadrassem dentro do plano e apresentassem condições regulamentares de habitabilidade.

Os custos das obras seriam suportados pelos proprietários, Juntas de Freguesias e Câmaras, em percentagens a definir.

c) — Proceder à análise pontual, tendo em vista a sua legalização, dos casos que não sejam abrangidos pelos citados planos, tendo em consideração a legislação existente, nomeadamente a de loteamento e inutilização do solo agrícola, entre outros e ainda a

obediência às condições regulamentares de habitabilidade, incluindo no mínimo água e saneamento privado.

d) — Dar prioridade aos casos de clandestinidade de casos de extrema necessidade e habitação própria.

e) — Actuar enérgica, eficiente e coerente por parte da Câmara, em todos os casos futuros de construção ilegal, não esquecendo os bons serviços e cooperação das Juntas de Freguesia após uma forte publicidade de tal iniciativa.

2. a) — Para fim de eventual regularização deverão os proprietários no prazo de 90 dias, manifestar, por requerimento dirigido à Câmara, a existência da sua casa, acompanhada de uma planta topográfica, localizando-a devidamente.

b) — Posteriormente, em momento oportuno, para os casos de viabilidade, a Câmara solicitará a cada proprietário a apresentação dos elementos necessários à sua legalização.

Desta proposta, devem ser afixados editais nos locais do

costume e publicados nos jornais locais.».

A segunda proposta foi aprovada por unanimidade, com os 27 votos a favor, e diz o seguinte:

«Água e Luz às Casas Clandestinas»

Considerando que há fortes razões humanitárias que justificam a ligação da água e luz às casas clandestinas, sempre que técnica e economicamente viável, a Assembleia Municipal de Espinho propõe que a Câmara e o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, procedam à sua ligação, a título precário, desde que o requeiram no prazo de 30 dias a partir da publicação dos respectivos editais».

Estas duas propostas, saíram de um consenso, obtido em reunião a meio da noite, embora a primeira, como a segunda tenham sido feitas por elementos da Aliança Democrática, e que encontraram o consenso das outras forças partidárias.

SALES NA TELEVISÃO



Mais uma grande concentração, de proprietários dos terrenos do Parque de Sales e do Parque da cidade, aconteceu a semana passada.

Tudo se passou quando a Radiotelevisão Portuguesa (delegação do Porto) fez deslocar à zona de Sales uma equipa de reportagem, composta por operadores de imagem e pela conhecida repórter Manuela Melo. Momentos antes, a RTP gravava declarações do presidente da Câmara de Espinho e do industrial Manuel de Oliveira Violas, após o que procedeu a filmagens dos terrenos que estavam previstos para a construção do referido parque que, como é sabido, foi anulada pelo Supremo Tribunal Administrativo.

Assim na passada quinta-feira, Espinho e o resto do continente teve oportunidade de ver imagens desta reportagem, passadas no programa informativo, «País, País».

Para além da reportagem desenvolvida acerca do Parque de Sales, os jornalistas da Televisão Portuguesa tiveram ainda oportunidade de, demoradamente, escutarem as lamentações de dezenas de expropriados, prometendo a RTP voltar ao assunto logo que este o justifique.

INFORMAÇÕES

FARMÁCIAS DE SERVIÇO

TURNO B

Quinta-feira — TEIXEIRA — Centro Comercial Solverde, Avenida 8; telefone 720352.

Sexta-feira — SANTOS — Rua 19 n.º 263, telefone 720331.

Sábado — PAIVA — Rua 19 n.º 319, telefone 720250.

Domingo — HIGIENE — Rua 19 n.º 393, telefone 720320.

Segunda-feira — GRANDE FARMÁCIA — Rua 62 n.º 457, telefone 720092.

Terça-feira — TEIXEIRA — Centro Comercial Solverde, Avenida 8, telefone 720352.

Quarta-feira — SANTOS — Rua 19 n.º 263, telefone 720331.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ESPINHO

INTERRUPÇÃO DE CORRENTE POR MOTIVOS DE TRABALHOS NAS LINHAS DA E.D.P.

Avisam-se os senhores consumidores de energia eléctrica, que por motivos de trabalhos nas linhas da E.D.P. no próximo domingo, dia 14 de Março, será interrompido o fornecimento de corrente das 8 às 12 horas, nos seguintes postos:

P. T. — 12 — Cemitério

P. T. — 13 — Monte Lírio

P. T. — 1, 2 e 3 — Conjunto habitacional Ponte de Anta

É no entanto, conveniente considerar as respectivas instalações em tensão.

Espinho, 9 de Março de 1982.

A DIRECÇÃO

AJUD. MAQUINISTA

Com serviço militar cumprido, para trab. uma máq. automática de bordar, no turno da noite.

Contactar para a fábrica de bordados

LUSACO — Ponte de Anta

ESPINHO

DESPORTO • DESPORTO • DESPORTO • DESPORTO • DESPORTO

CAMPEONATO NACIONAL DA I DIVISÃO

SPORTING, 1 – SP. ESPINHO, 1

... E ATÉ SE IA GANHANDO

Porque domingo não há «Nacional», devido à realização dos «quartos-de-final» da «Taça», o Sporting de Espinho, e as outras equipas, vai ter que esperar até ao próximo dia 21, para receber o Belenenses. Encontro que irá ser, sem dúvida alguma, emocionante, já que os homens de Belém lutarão para não perder, e os «tigres» para ganhar. Se os tigres vencerem, garantirão a permanência na divisão maior, quase de certeza, enquanto o seu adversário ficará cada vez mais com a corda na garganta.

E é assim que o SCE vai fazendo o seu campeonato. Depois de ter goleado o Rio Ave, foi a Alvalade empatar sensacionalmente com o Sporting, guia incontestada da prova, e se não fosse Moinhos ter falhado uma bola, quando seguia isolado, já na parte final do encontro, então os «tigres» teriam infligido a primeira derrota aos leoninos.

Não foi o Espinho que atacou, mas soube contra-atacar. O Sporting pressionou muito, por vezes mal, mas houve um senhor em campo que chegou para tudo e todos: Mendes. A ele se deveu o empate e a sua exibição encheu Alvalade.

Enfim, de uma goleada que esteve eminente, ao empate que obteve, à vitória que esteve para acontecer, o Sporting de Espinho com este empate na segunda volta, ainda só pode perder um jogo, em Guimarães, e tenha já somado oito pontos, quase tantos como os onze com que terminou a primeira volta.

Mas ainda faltam nove jornadas...

Jogo: Estádio José Alvalade.

Tempo: Tarde de sol.

Assistência: Cerca de 35 mil pessoas.

Árbitro: Ramiro Santiago (Coimbra).

Disciplina: Cartões amarelos para Salvador e Mendes do SCE, respectivamente aos 6 e 63 minutos e para Virgílio do Sporting aos 86 m.

SPORTING— Meszaros; Barão, Carlos Xavier, Eurico e Mário Jorge; Ademar, Virgílio e Nogueira; Manuel Fernandes, Oliveira e Jordão.

Não utilizados: Melo, Zezinho, Inácio, Freire e Lito.

Treinador: Malcom Allison.

SP. ESPINHO — Mendes (3); Jacinto (2), Balacó (2), Serra (2) e Raul (2); João Carlos (2), Carvalho (2) e Salvador (3); Belinha (2), Moinhos (1) e Mória (1).

Treinador: Manuel José.

Jogaram ainda: Ruben (3) aos 46 minutos e José Augusto (2) aos 63 m., nos lugares de Mória e João Carlos, respectivamente.

Não foram utilizados: João Luís, Abreu e Armindo.

Ao intervalo: 0-0.

Marcadores: RUBEN para o SCE aos 3 minutos da segunda parte, captou o esférico no meio campo, galgou terreno e frente a Meszaros fez golo.

Pelos «leões» marcou MANUEL FERNANDES aos 55 minutos na sequência de um remate à meia-volta, dentro da área.

RESULTADOS

F. C. Porto-Braga	3-1
Ac. de Viseu-Setúbal	2-0
Belenenses-Penafiel	1-1
SPORTING-SP. ESPINHO	1-1
Rio Ave-Boavista	3-1
Estoril-Benfica	0-0
Amora-Portimonense	0-0
Guimarães-U. de Leiria	4-1

CLASSIFICAÇÃO J. V. E. D. F. C. P.

SPORTING	21	15	6	0	47	16	36
BENFICA	21	13	3	5	41	15	29
F. C. PORTO	21	11	7	3	29	14	29
GUIMARÃES	21	9	9	3	26	13	27
RIO AVE	21	10	7	4	18	15	27
BRAGA	21	8	6	7	26	24	22
SETÚBAL	21	7	7	7	21	20	21
PORTIMONENSE	21	6	7	8	18	19	19
SP. ESPINHO	21	5	9	7	25	28	19
PENAFIEL	21	7	5	9	17	26	19
A. VISEU	21	8	3	10	21	34	19
BOAVISTA	21	6	5	10	19	22	17
ESTORIL	21	4	7	10	22	32	15
AMORA	21	3	8	10	17	28	14
BELENENSES	21	3	8	10	19	32	14
U. LEIRIA	21	3	3	15	12	40	9

TOTOBOLA

Prognóstico do «D.E.» para o Concurso dos Órgãos de Informação, n.º 31, de 21 de Março de 1982:

1. SETÚBAL-BRAGA	1
2. PENAFIEL-A. VISEU	1
3. ESPINHO-BELENENSES	1
4. BOAVISTA-SPORTING	x
5. BENFICA-RIO AVE	1
6. PORTIMONENSE-ESTORIL	1
7. U. LEIRIA-AMORA	1
8. GUIMARÃES-PORTO	x
9. LEIXÕES-FEIRENSE	1
10. AMARANTE-BRAGANÇA	1
11. ÁGUEDA-ALCOBAÇA	1
12. PENICHE-O. DO BAIRRO	x
13. ELVAS-JUVENTUDE	x

MELHORES MARCADORES

Nené (Benfica)	17
Jordão (Sporting)	17
Jacques (F. C. Porto)	16
Oliveira (Sporting)	12
Belinha (Sp. Espinho)	6
Moinhos (Sp. Espinho)	5
Carvalho (Sp. Espinho)	4
Mória (Sp. Espinho)	4
Ruben (Sp. Espinho)	3
Jacinto (Sp. Espinho)	1
Salvador (Sp. Espinho)	1

PRÉMIO SOLVERDE

Balacó	47
Ruben	45
Serra	39
Belinha	37
Raul	37
João Carlos	37
Carvalho	36
Moinhos	33
Jacinto	32
Salvador	32
João Luís	30
Mória	26

REGIONAL DE JUVENIS

SP. ESPINHO, 0 U. LAMAS, 2

Num jogo decisivo, como se previa, os «tigres» iriam encontrar sérias dificuldades para levar de vencida os rivais de Lamas.

Os lamacenses fizeram o resultado ao intervalo, e na segunda parte os jovens espinhenses já se viram incapazes para mudarem o marcador.

Com esta derrota o SCE viu-se afastado, definitivamente, da fase final do «Nacional» da sua categoria.

hóquei em patins

NACIONAL DA II DIVISÃO

A. A. DE ESPINHO:

bom triunfo em V. N. de Gaia

Embora com dificuldades, os academistas foram a Gaia vencer o Paço de Rei, que ocupava e ocupa o último lugar da tabela.

Com este triunfo a AAE está já instalada no 5.º lugar.

RESULTADOS

Paço de Rei-A. A. ESPINHO	7-11
Paredes-Águias do Porto	8-3
CDUP-Carvalhos	4-7
Riba de Ave-Famalicense	5-2
Grundig-Hóquei de Barcelos	11-2
Juv. Pacense-Fânzeres	6-4

PONTUAÇÃO

— Famalicense, 10 jogos e 26 pontos; Carvalhos e Grundig, 10-24; Fânzeres, 10-23; Académica de Espinho, Hóquei de Barcelos e Juventude Pacense, 10-21; Paredes, 9-1; Riba d'Ave, 9-17; CDUP, 10-15; Águias do Porto, 10-12 Paço Rei, 10-10.

NACIONAL DE JUNIORES

A. A. ESPINHO-Vigorosa	3-4.
------------------------	------

REGIONAL DE JUVENIS

A. A. ESPINHO-D. Póvoa	8-2
Académico-Infante Sagres	3-8

PONTUAÇÃO

Pontuação — Ac. de Espinho, 6 jogos e 17 pontos; Infante Sagres, 6-16; F. C. Porto, 6-15; Valongo, 5-13; Vigorosa, 6-13; Flor da Mocidade, 6-12; Escola Livre, 6-11; Desp. Póvoa, 5-7; Académico, 6-9; Sanjoanense, 5-8; Fânzeres, 6-8; Juv. Pacense, 5-5

TORNEIO DE ABERTURA

— juvenis —

A. A. ESPINHO-F. C. Porto	1-2
---------------------------	-----

PONTUAÇÃO FINAL

J.	V.	E.	D.	P.	
F. C. Porto	6	4	1	1	15
Infante de Sagres	6	4	0	2	14
A. A. ESPINHO	6	3	1	2	13
Desportivo Póvoa	6	0	0	6	6

REGIONAL DE INFANTIS

A. A. ESPINHO-U. B. Portugueses	4-3
---------------------------------	-----

voleibol

Nacional da I Divisão — Norte

SENIORES APURADOS MENINAS COMPROMETIDAS

Sensação, aconteceu nas jornadas números doze e treze, com a equipa sénior do Sporting de Espinho.

Assim, no passado Sábado, os «tigres», jogando em Espinho, foram surpreendidos pela turma do Francisco Holanda de Guimarães, por uma marca muito clara: 1-3. Foi um jogo sem história, porque o técnico José Moreira entendeu, por bem, poupar os titulares para o jogo do dia seguinte e utilizar os homens que geralmente são do banco.

No domingo, o Sporting de Espinho foi igual a si próprio. Reencontrou-se, jogou para não perder e ganhou sensacionalmente ao Leixões, com dois triunfos nos «sets» finais, por 14-16. Foi uma grande partida de Voleibol com emoção, dentro e fora do recinto de jogo, até ao final.

SP. ESPINHO, 1 Fr. Holanda, 3

Jogaram: Pinto, Tomás, F. Correia, Filipe Padrão, Lima Teixeira, Rocha, Queirós, Padrão e Moreira.

Parciais: 14-16; 15-13; 4-15 e 11-15

Leixões, 2 SP. ESPINHO, 3

Jogo: Pavilhão Sisa Vieira (Matosinhos). SCE alinhou inicialmente: Mo-

reira, Padrão I, Queirós, Rocha, Fernando Correia. Lima Teixeira e Filipe Padrão. Parciais: 15-13; 8-15; 15-5; Suplentes: Pinto, Tomás e 14-16 e 14-16

RESULTADOS 12.ª Jornada

Grundig-F.C. Porto	1-3
Castelo da Maia-Esmoriz	0-3
At. da Madalena-Leixões	0-3

13.ª Jornada

F.C. Porto-At. da Madalena	3-1
Esmoriz-Grundig	3-0
Francisco Holanda-Cast. Maia	3-0

CLASSIFICAÇÃO

J.	V.	D.	SETS.	P.	
SP. ESPINHO	13	12	1	37-8	25
Leixões	13	11	2	37-13	24
F. C. Porto	13	8	5	29-23	21
Esmoriz	13	8	5	30-20	21
Francisco Holanda	13	7	6	26-24	20
At. da Madalena	13	3	10	18-30	16
Grundig	13	2	11	8-36	15
Castelo Maia	13	1	12	6-37	14

PRÓXIMA JORNADA (última) — (sábado às 22 horas) Esmoriz-SP. ESPINHO.

II DIVISÃO NACIONAL — 2.ª fase — A. A. ESPINHO-Fiães, 3-2

PRÓXIMO JOGO — (sábado às 21.30 horas) — A. A. ESPINHO-Nun'Álvares

NACIONAL DE JUNIORES — At. da Madalena-SP. ESPINHO, 1-3; Esmoriz-A. A. Coimbra, 1-3

PONTUAÇÃO — 1.º-A. A. Coimbra, 4 jogos, 8 pontos; 2.º-SP. ESPINHO, 4-6; 3.º-Esmoriz, 4-6; 4.º-At. da Madalena, 4-4

PRÓXIMA JORNADA — Sábado às 17 h.: SP. ESPINHO-Esmoriz.

NACIONAL DE JUVENIS — SP. ESPINHO-Carvalhos, 3-2

PRÓXIMA JORNADA — Domingo às 15.30 h.: SP. ESPINHO-Santa Isabel.

NACIONAL DE SENIORES-Femininos — SP. ESPINHO-Guimarães, 1-3; Leixões-SP. ESPINHO, 3-0

PUBLICIDADE • PUBLICIDADE • PUBLICIDADE • PUBLICIDADE

Defesa de Espinho
2605 - 11/3/82

«TELMO
& NASCIMENTO, LDA.

Sede: Rua 25, n.º 207 - Espinho

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 16 de Fevereiro de 1982, lavrada a fls. 93 v.º, do livro de escrituras diversas n.º 5-E, pelo notário Lic. Fernando José Vaz Serra Lima, do 2.º Cartório da Secretaria Notarial da Feira, os únicos sócios da sociedade com a firma em epígrafe, constituída por escritura pública de 7 de Fevereiro de 1969, alteraram os artigos 5.º e 6.º do pacto social, que passaram a ter redacção seguinte:

«Quinto: A gerência da sociedade, dispensada de caução, e remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, fica afecta a ambos os sócios (Telmo Abelha da Silva e Maria Adelaide Alves Ferreira), que desde já são nomeados gerentes, sendo bastante a assinatura de um só deles para obrigar válidamente a sociedade em todos os seus actos e contratos, sem restrição alguma. Poderão os gerentes delegar, no todo ou em parte, os poderes de gerência de que ficam investidos, em quem entenderem.»

«Sexto: A sociedade poderá constituir mandatários, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 256.º do Código Comercial.»

Está conforme. Secretaria Notarial da Feira, dezasseis de Fevereiro de mil novecentos oitenta e dois.

O Ajudante da Secretaria

José Gomes da Silva

«DEFESA DE ESPINHO»
2606 - 11/3/82

**3.º Cartório
Notarial
do Porto**

Certifico, que de fls. 28 a 29, do livro de escrituras diversas 340-B, deste cartório, se encontra exarada, com data de 30 de Dezembro corrente, uma escritura, pela qual foi reforçado o capital da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, sob a firma «ALMEIDA & ALVES, LIMITADA», com sede no lugar de Barros, da freguesia de Silvalde, do concelho de Espinho, com a quantia de 4 000 000\$00, em dinheiro, ficando por isso elevado à cifra de 5 000 000\$00, e para cujo aumento subscreveu cada um dos sócios Agostinho do Carmo Almeida e José Claudino Alves Salgueiro, com a quantia de 2 000 000\$00 - que em consequência do reforço, foi substituído o art.º 4.º do pacto social, pelo seguinte:—

QUARTO - O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 5 000 000\$00, sendo de 2 500 000\$00 a quota de cada um dos sócios Agostinho do Carmo de Almeida e José Claudino Alves Salgueiro.

Está conforme. -Porto, 31 de Dezembro de 1981.

O ajud. do Terceiro Cartório
Notarial

a) Maria Graciete Lemos Pires.

LAVANDARIA

LAVAR



RIBEIRO, VALENTE & CA., LDA.
Rua 12, n.º 640 — ESPINHO
Telefone, 723704

A MAIS AVANÇADA TÉCNICA
NA LIMPEZA E TRATAMENTO
DO SEU VESTUÁRIO

Limpeza a seco - Lavagem e secagem de
roupa branca, couros e antilopes
SERVIÇO RÁPIDO

Refrigerantes GRUTA DA LOMBA

AO SOL E À SOMBRA BEBA
REFRIGERANTES GRUTA DA LOMBA

Agora com novos refrigerantes de
MORANGO E PÊSSEGO

GUETIM - ESPINHO

TELEFONE, 720588

CONTABILISTA

Admite firma indiv. peq. dimensão, ramo têxtil, em Espinho. Pessoa livre (não casada), só sexo fem., da máx. compet. e conf. e devid. legalizada, p. se respons. pela escrita e exp. G. de escrit., dentro da melhor colaboração. B. remuneração. Resp. c/ detalhada ao n.º 4458 deste Jornal.

**O NOSSO CAFÉ
CONVOCATÓRIA**

Nos termos da Lei e do Artigo n.º 33.º dos Estatutos, são convocados os Senhores Accionistas da SOCIEDADE CO-OPERATIVA CAFEIEIRA DOS CEM, SCARL, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar no dia 26 de Março de 1982, pelas 21 horas, na sua sede social, sita à Rua 8 n.º 603, desta cidade de Espinho, com a seguinte

ORDEM DA NOITE

- 1.º - Apreciar, aprovar ou alterar o Relatório, Balanço e Contas, apresentadas pelo Conselho de Administração, relativas ao Exercício de 1981, e Parecer do Conselho Fiscal.
- 2.º - Autorizar a Administração a aumentar o Capital por incorporação de reservas.
- 3.º - Autorizar a Administração a amortizar as Acções dos Accionistas que tal pretendam e fixar a modalidade.
- 4.º - Meia hora para discutir qualquer assunto de interesse para a Sociedade.

Espinho, 3 de Março de 1982

O Presidente da Assembleia
Geral

(Em exercício)

Albino de Oliveira Santos

NOTA - No caso da Assembleia não poder funcionar à hora indicada por falta de número suficiente de Accionistas, reunirá uma hora depois, com qualquer número de Accionistas.

**NOITES DE FADO
ESTALAGEM XOUPANA E. N. 109 -
VÁLEGA - OVAR**

«VENHA CONVIVER
E OUVIR O FADO CONNOSCO»

Aos sábados a partir das 20 horas.
Aceitam-se reservas de mesas pelo telef. 53846
-rede de S. JOÃO DA MADEIRA

**GRANDE CASINO
DE ESPINHO**

TELEF. 720238

PRESTÍGIO DE ESPINHO — ORGULHO DO NORTE

TODAS AS NOITES

NA BOÏTE (M/18 ANOS)

JANTARES - CONCERTOS E BAILE PELOS CONJUNTOS

Carlos Machado ☆ Grupo Quatro

VARIEDADES DA 1ª QUINZENA DE MARÇO

NIGHT AND DAY - Ballet Inglês
PAULE ET JEREMY - Marionetas francesas
ROSITA - Cançonetista portuguesa

VARIEDADES DA 2.ª QUINZENA DE MARÇO

NIGHT AND DAY - Ballet inglês
RIKEL'S - Fantasiasta musical espanhol
LUÍSA SALGADO - Cançonetista portuguesa

**A nova Boîte do Casino
É MESMO uma maravilha**

SISTEMA ELECTRÓNICO DE CHAMADAS TELEFÓNICAS
EM QUALQUER LOCAL

**VISITE ESPINHO
RAINHA DA COSTA VERDE**



SOCURAL

SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E URBANIZAÇÕES, LDA.

TELEFONE, 721602 — ESPINHO

Construção de apartamentos
em Propriedade Horizontal
Compra e venda de terrenos

MANICURA

ADMITE
SALÃO MANUEL
Telef.: 720717
ESPINHO

RESTAURANTE

PRECISA

COZINHEIRO OU COZINHEIRA

Entrada imediata.

Resposta ao n.º 4444 deste Jornal.

**CASA MARRETA
ALMOÇOS, LANCHES
E JANTARES**

Especializada em:
Arroz de marisco, Lulas,
Enguias, Caldeiradas,
Açorda de peixe, Bons vi-
nhos
PEDRO DA SILVA LOPES
Rua 2, n.º 1355-Tel. 720091
4500 ESPINHO
RESERVE A SUA MESA

PUBLICIDADE • PUBLICIDADE • PUBLICIDADE • PUBLICIDADE

CAFÉ - RESTAURANTE e SNACK-BAR
COPÉLIA
 COUTO & SOUSA, LDA. (Aberto até às 2 h. da manhã)
 SERVIÇO À LISTA - PETISCOS E MARISCOS SEMPRE FRESCOS - SALA PRÓPRIA PARA CASAMENTOS, BAPTIZADOS, ETC.
 Rua 23, n.º 808 - Telefone 723152 - 4500 ESPINHO

FÁBRICA
HÉRCULES
 de AFONSO HENRIQUES, SUCRS., LDA.


RESTAURANTE ■ SNACK-BAR
O PADRINHO
 Especialidades:
 - BACALHAU À PADRINHO
 E CABRITO ASSADO
 Garcia Covelinhas & Soares, Lda.
 Av.24, n.º 697 - Telef., 720665 - 4500 ESPINHO



ESPOSABELA
 Casa especializada em artigos para Noivas, Acompanhantes, Comunhões, Lingerie e Pré-Mamã.
 Rua 12, n.º 589 - Telefone, 724203 - ESPINHO

INDÚSTRIA TRANSFORMADORA
 MATÉRIAS PLÁSTICAS
 Injecção - Compressão - Extorsão
 Insuflação - Rotação - Vácuo
 ENDEREÇO TELEGRÁFICO: HÉRCULES
 TELEFONES: 720540-721098 - APARTADO: 40
 - ESPINHO -
 « HÉRCULES »
 GARANTIA de FABRICO e QUALIDADE

LUSOTUFO
 TAPETES - CARPETES - ALCATIFAS
 Telefone 72005 - CORTEGAÇA


M MOREIRA OCULISTA
 ÓPTICA - INSTRUMENTOS DE PRECISÃO
 RUA 27, N.º 700 - 4500 ESPINHO

CHINÓKO Minimercado
 Completo sortido de mercearias finas, Frutas, Especiarias, Charcutaria e Lacticínios, Frangos, Patos, Perus, Coelhos, Codornizes e Ovos.
 Minimercado CHINÓKO - Av. 24, n.º 197, - 4500 ESPINHO
 AGRADECE A SUA VISITA

«PNEUS CAR» - Telef., 723266
 CENTRO DE VENDA DE PNEUS NACIONAIS E ESTRANGEIROS ASSISTÊNCIA TÉCNICA
 - ALINHAMENTO DE DIRECÇÕES
 - EQUILÍBRIO DE RODAS
 - VULCANIZAÇÃO DE CÂMARAS
 Rua 18, n.º 1010 (R. da Igreja) Espinho



JORGE PACHECO
 MÉDICO DENTISTA
 Consultório: Av. 8 n.º 784-1.º
 Telef., 722718
 ESPINHO

J. NUNES DE MATOS
 MÉDICO ESPECIALISTA
 RAIOS X-DIAGNÓSTICO
 Especialista no Instituto Português de Oncologia.
 Ex-assistente da Faculdade de Medicina.
 Consultório: Rua 20, n.º 1436-r/C;Dt.º - Tel. 721975

NUNO A. PEREIRA
 PSIQUIATRA
 MÉDICO ESPECIALISTA
 DOENÇAS NERVOSAS
 Consultório: Rua 31, 321
 Marcação das 18.30 às 21.30 horas
 Telefone, 720689
 ESPINHO

SUPERMERCADO DO LAR DO PICÓTO
 Agentes exclusivos dos LUSTRES CRISTALUZ, BRONZES SUPER, C. D., etc.
 DISTRIBUIDORES dos papéis: VYMURA PARETA, MAY-FAIR, BAMENTAL, MARBURG, AZCOAGA, etc.
 Ainda as alcatifas: PÉROLA, LIDER, VERBY, ROBILON, CARLON, TAITI, etc.
 ORÇAMENTOS GRÁTIS
 Sede: Est. NAC. 1 - Telef: 764575 - PICÓTO
 Filial: Rua 62 n.º 227/231 - Telef: 722986 - ESPINHO
 Brevemente em OLIVAIS SUL

CARLOS ALBUQUERQUE PINHO
 MÉDICO ESPECIALISTA
 DOENÇAS DO APARELHO DIGESTIVO
 ENDOSCOPIA DIGESTIVA
 Consultório:
 Rua 31, n.º 321-Tel., 724401
 4500 ESPINHO

LOLI-BIJU
 A CASA DE MODAS
 QUE FALTAVA EM ESPINHO!
 CONFECÇÕES
 PARA SENHORA E HOMEM
 BIJUTARIAS
 LOLI-BIJU
 ONDE A QUALIDADE E O BOM GOSTO
 NÃO CUSTAM MAIS CARO!
 UMA AGRADÁVEL SURPRESA
 RUA 19 N.º 230 - Telef. 723711

Para o seu lar papéis pintados laváveis COLOWALL. Plásticos para cozinhas e casas de banho, alcatifas, etc.
 ORÇAMENTOS GRÁTIS
FERNANDO RODRIGUES LIMA
 TELEF., 721739
 Trav. da Rua 5 - ESPINHO

Mesmo uma criança sabe: DEPOSITAR É LUCRAR.



Talvez um exagero de imagem. Mas, que corresponde a uma realidade que se traduz fielmente por uma pequena frase: - ESCUDO POUADO, ESCUDO VALORIZADO.
 Praticamos as MELHORES TAXAS DE JURO.
 Proporcionamos as maiores facilidades para o início duma Conta, seja de Depósito à Ordem ou a Prazo. Por Caderneta, com actualização automática, ou pelo fornecimento de Cofres-Mealheiro. Somos uma Instituição de Crédito com muitos anos de experiência. Porque não somos uma Empresa/gigante, não complicamos os problemas bancários simples. Sabemos atender. Oferecemos aos nossos clientes toda uma gama de serviços que vai desde a FACILIDADE DE RECEBIMENTO DE CHEQUES EM QUALQUER LOCAL, ATÉ AO PAGAMENTO DE CONTAS MENSAIS (Água, Luz, Telefone, etc.). Existimos para servir. O melhor possível.



MONTEPIO GERAL
 CAIXA ECONÓMICA DE LISBOA

FILIAL NO PORTO: Avenida dos Aliados, 90 - 4000 PORTO
 DEPENDÊNCIA DA CONSTITUIÇÃO: Rua da Constituição, 1292 - 4200 PORTO
 AGÊNCIA EM VILA NOVA DE GAIA: Av. da República, 819 - 4400 VILA NOVA DE GAIA
 AGÊNCIA NA PÓVOA DE VARZIM: Praça do Almada, 60 - 4490 PÓVOA DE VARZIM

PUBLICIDADE • PUBLICIDADE • PUBLICIDADE • PUBLICIDADE

ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS FÚNEBRE FAMILIAR DE S. FRANCISCO DE ASSIS DE ANTA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convoco os dignos consócios a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, na sala das sessões do edifício social, sito lugar e freguesia de Anta, no dia 21 do mês corrente, pelas 8,30 horas, a fim de se tratar da seguinte

ORDEM DO DIA:

Apreciar e aprovar o Relatório, Balanço e Contas e respectivo Parecer do Conselho Fiscal, referentes á gerência de 1981.

Se Assembleia Geral não puder funcionar naquele dia por falta de presença de mais de metade dos associados (número 1 do artigo 14 do Decreto-Regulamentar 58/81, de 30 de Dezembro) funciona, com qualquer número, no domingo seguinte, dia 28, á hora e local supracitados.

A sessão será aberta um hora depois da marcada. Anta, 5 de Março de 1982.

O Presidente da Assembleia Geral,
Manuel Couto Rodrigues da Silva

BAILE DE FINALISTAS

NO POLIVALENTE DO LICEU DE ESPINHO COM

TONY SILVA

(Herman José)

SÁBADO 13 DE MARÇO PELAS 22 HORAS

APARECE E DIVERTE-TE CONNOSCO

VENDE-SE

Casa em meio uso, com 18,20 m de frente, no lugar da Lomba, em Paramos, com cozinha e 5 divisões assoalhadas e logradouro com currais e arrumos, tem terreno pegado com cerca de 2.000 m2. Informa o Sr. Carvalhinho no lugar da Estrada, em Paramos. Telf: 722090

VENDE-SE

Apartamentos, no centro da cidade, com frente para duas ruas, com 2, 3, 4 quartos.

Moradia, em construção, com 5 quartos, r/chão amplo, cave, garagem para dois carros. Localizada dentro da Cidade.

Informa P. F.: **J. RIBEIRO**

Rua 19 n.º 192-1.º Telf. 723063 - Espinho

PRECISA-SE

PRATICANTE P/ PEÇAS DE AUTOMÓVEIS

Entre os 15 e 18 anos c/ carta de motorizada. Telf. 723028

EMPRESA

Admite para seus escritórios a 7 km. de Espinho:

ESCRITURÁRIO

- 5.º ano dos liceus antigo ou 11.º ano
- Curso de administração e comércio
- Idade entre 21 e 26 anos.

Carta com «curriculum» detalhado a este jornal ao n.º 4488.

VENDEM-SE

Duas secretárias de escritório **EM BOM ESTADO**

Informa telef. 723380

ESPINHO

PRATICANTE DE ESCRITÓRIO

Com o curso comercial ou equivalente,

Admite fábrica nesta cidade.

Telf. 721454

«Defesa de Espinho»
2606 - 11/3/82



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE ESPINHO

ANÚNCIO

Pela Secção única do 2.º Juízo de Direito desta comarca, correm éditos de vinte dias, contados da segunda e última publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos do executado **FERNANDO CAETANO**, casado, industrial, residente no Lugar de Igreja, Abela, Santiago, do Cacém, para no prazo de dez dias, posterior àquele dos éditos, reclamarem o pagamento de seus créditos pelo produto dos bens penhorados sobre que tenham garantia real, na execução sumária n.º 117/80 movida por **EUROSPUMA - Sociedade Industrial de Espumas Sintéticas, Ld.ª**, com sede em Espinho. Em 3 de Março de 1982.

O Juiz de Direito,

Norberto Inácio Brandão

O escrivão-adjunto,

João Alberto Tavares Mendes Bolhão

JOSÉ MORAIS FERREIRA AGRADECIMENTO

A família vem por este ÚNICO MEIO, agradecer a todos quantos se dignaram comparecer ao funeral e à missa de 7.º Dia, bem como àqueles que de alguma forma lhe manifestaram o seu pesar pela perda deste ente querido.



LUÍS EDUARDO FERREIRA FERREIRA AGRADECIMENTO

Seus pais e irmãos, muito reconhecidos, vêm por este ÚNICO MEIO agradecer a todas as pessoas que se dignaram comparecer ao funeral do saudoso extinto.

MARIA DA CONCEIÇÃO DA COSTA PAIS

3 ANOS DE ETERNA SAUDADE

Seus sobrinhos, agradecem a todas as pessoas que tomaram parte na missa de 3.º aniversário, realizada no dia 8 na Igreja Matriz de Espinho.



SEBASTIÃO PEREIRA DE SOUSA («AREIAS») AGRADECIMENTO

Sua filha, genro, netos e restante família vem por este ÚNICO MEIO muito reconhecidas, agradecer a todas as pessoas que se dignaram assistir ao funeral do saudoso extinto, assim como à missa do 7.º dia e pedem desculpa de qualquer falta que porventura hajam cometido.

Espinho, 8 de Março de 1982

Maria Fernanda Alves de Sousa Henrique Oliveira e Silva Henrique Sebastião de Sousa e Silva Jorge Manuel de Sousa e Silva Isilda Maria de Sousa e Silva Mendes

LINA SANTOS COELHO DE CAMPOS

MISSA DO 30.º DIA

Participa-se a todas as pessoas amigas e conhecidas, desta senhora, que a missa de 30.º dia do seu falecimento, se realiza no dia 17 de Março, quarta-feira, pelas 19 horas na Igreja Matriz de Espinho.



UMA AMIGA

AGRADEÇO GRAÇAS AO DIVINO ESPÍRITO SANTO

J. S.

ALUGA-SE

ARMAZÉM

PARA ROLOTES-CARROS e OUTROS.

Falar Telf. 720325

EXPLICAÇÕES DÃO-SE EXPLICAÇÕES DE MATEMÁTICA

- 5.º ao 10.º ANOS.

Telefone: 720169

CORREIO

«QUE LEIS HÁ NESTE PAÍS?»

Do sr. Júlio Monteiro, da Rua das Fontainhas, 171, 1.º, 4.000 Porto, recebemos, com o pedido de publicação a seguinte carta:

Com os meus respeitosos cumprimentos e lamentando muito sinceramente, a irreparável perda do distinto jornalista e Director desse conceituado Jornal, o acérrimo defensor dos direitos humanos, o nosso querido Fernando Barradas, que Deus dê paz à sua alma.

Mas a vida continua. E, no meio de tanta baralhada e confusão, onde de direito se faz torto, tomo a liberdade de por este meio relatar um caso muito triste e revoltante, que se passa comigo, pedindo a sua publicação.

Tomei conta duma sobrinha e afilhada, desde tenra idade de dois anos, a fim de auxiliar um irmão meu, que tinha mais filhos e dificuldades económicas, há quarenta e tal anos.

Nunca lhe faltei com nada; dei-lhe um curso industrial, conforme ela quis, tinha todo o carinho, não só meu como da minha

esposa, em suma: foi ensinada a ser uma verdadeira senhora e bem poder defender-se na vida.

Devido a uma queda que deu aos sete anos de idade, ficou a sofrer de uma perna; levei-a aos melhores especialistas, inclusive até ao estrangeiro, onde obteve a cura que já ia tardando em Portugal.

Em suma: era tratada como verdadeira filha, que eu e a minha esposa nunca tivemos. Ela casou e na nossa casa ficou a viver, pois o homem com quem casou, um seu conterrâneo, nem sequer emprego tinha!

Como trabalhei sempre honestamente e cheio de boa vontade para ajudar a singrar na vida, dei-lhe uma boa casa de três andares, perto da que tenho e habituei cerca de trinta anos, na Rua 2.º n.º 643, desta cidade de Espinho.

Depois do falecimento da minha esposa, deixou-se galvanizar pela ganância e muito mal aconselhada, na minha ausência muda as fechaduras das portas,

impossibilitando-me assim de lá entrar e estando ela, o marido e o filho que tem, a usufruir de todo o que me pertence!... Já tive de comprar roupas para meu vestuário, por não poder estar na casa que é minha e só minha!

Este conflito originou a que eu interpusesse uma acção no Tribunal de Espinho, por usurpação de bens, acerca de um ano!

Porém, no dia 8 de Outubro do ano passado, houve uma tentativa de reconciliação, tendo eu afirmado ao juiz que apenas queria a minha casa livre. São passados cinco meses e está tudo na mesma, segundo me disse o meu advogado, visto não darem andamento ao processo, o que é verdadeiramente lamentável!

Tudo o que se passa é revoltante! Sendo bem certo o ditado «por bem fazer, mal haver»! Meti na minha casa, quem dela me pôs fora... Tanto se propagandeia sobre a terceira idade e eu estou nela; pois permite-se que uma sobrinha e duplamente afilhada (baptismo e casamento) me roube o que me pertence?!...

Isto é tudo quanto há de mais desumano! Incredível! Autêntico atentado aos seus costumes, contra a moral e a gratidão! Fui mais que um pai para tal desnaturalizada sobrinha e afilhada, que tem a casa que lhe dei alugada e está a roubar-me o que só a mim pertence!...

Que leis há neste país que depois do 25 de Abril de 1974, permitam tudo isto e os tribunais sem ligarem importância a este e outros casos verdadeiramente monstruosos?!... Não se cumpram as leis, nem os prazos! Não há respeito pelas pessoas de idade! Está tudo a caminhar para o caos, o que é pena...

A minha tristeza e revolta são enormes ao constatar tão flagrantes e vis injustiças e apelar-se para os tribunais e tudo continuar na mesma!

Depois de tudo o que exponho, do que me responsabilizo inteiramente, peço a V. Ex.ª a publicação, agradecendo antecipadamente toda a boa atenção que me for dispensada».

DEMISSÃO DA CÂMARA SÓ BENEFICIARIA O CONCELHO

Também do sr. Manuel de Oliveira Violas, de Santa Cruz, Silvalde, recebemos o pedido de publicação, uma carta-esclarecimento a propósito de notícias vindas a lume na imprensa; nomeadamente em «O Comércio do Porto»:

«No jornal publicado em 9 de Fevereiro de 1981, vem inserta, na secção de Aveiro, uma notícia sob a epígrafe «CONFLITO EM SILVALDE — GOVERNADOR CIVIL AO LADO DA CÂMARA MUNICIPAL», em cujo texto é feita referência ao nome do signatário Manuel Violas.

Porque o conteúdo de tal notícia se mostra ferido de profundas inexactidões e confusões, mesmo na parte em que se transcreve afirmações atribuídas ao senhor governador civil de Aveiro, dr. Fernando Raimundo Rodrigues, venho solicitar a V. Ex.ª que, com idêntico destaque, se digne mandar publicar esta carta, com vista a que sobre o assunto fiquem esclarecidos sobre o problema, os leitores dessa publicação e o próprio senhor governador civil, talvez mal informado sobre o assunto.

Na verdade:

1.º — Faz-se manifesta confusão entre o Parque da Cidade de Espinho e o Parque de Sales.

Quanto ao primeiro está pendente no Supremo Tribunal Administrativo recurso directo de anulação, interposto pelo signatário e outros.

Quanto ao pretense Parque de Campismo em Sales, encontra-se o assunto definitivamente solucionado, nos termos que a seguir e para total esclarecimento, objectivamente, se indicam:

2.º — a) — Na sua reunião ordinária de 4/6/69, a Câmara Municipal de Espinho deliberou transferir a localização do Parque de Campismo de Sales, para local considerado mais apropriado e conveniente, localizado na Ribeira do Mocho.

b) — A comissão nomeada pelo senhor ministro das Obras Públicas para a aplicação da percentagem de 25% sobre o imposto especial de jogo da zona de Espinho, do Fundo de Turismo, do Casino de Espinho, num plano de obras para o desenvolvimento do turismo e urbanização da Zona de Turismo de Espinho, aprova a nova localização do Parque de Campismo na Ribeira do Mocho.

c) — Não tendo sido realizada a construção, ou mesmo o projecto do Parque de Campismo da Ribeira do Mocho, até à data de concurso da Concessão da Zona de Jogo de Espinho, em 1973, a Solverde na sua proposta, obrigou-se a fazê-lo, até 31/12/82, como consta do n.º 5 da cláusula 4.ª do seu contrato (este parque de campismo já se encontra pronto a receber turistas e será entregue à Câmara Municipal de Espinho, no final da concessão da

Solverde sem mais encargos para a referida CME).

d) — Em 9/3/77, a Câmara Municipal de Espinho informa a Solverde (empresa concessionária da zona de jogo no Casino de Espinho) do parecer n.º 1.546 da sua repartição técnica, que concorda com a localização do Parque de Campismo na Ribeira do Mocho, confirmando a localização por ela mesmo proposta.

e) — Em 7/6/78 é declarada a utilidade pública da expropriação dos terrenos para o Parque de Campismo a construir pela Solverde na Ribeira do Mocho — Diário da República n.º 138 — II Série.

f) — Em 13/7/78 é declarada a utilidade pública da expropriação de terrenos em Sales, onde a Câmara Municipal de Espinho pretendia instalar outro Parque de Campismo, apesar de anteriormente haverem sido recusados, nomeadamente por estarem longe do mar.

Esse despacho é publicado no D. R. n.º 166, 2.ª Série, e da autoria do então ministro do Comércio e Turismo, Basílio Adolfo Mendes Horta França.

g) — Em Setembro de 1978 é apresentado pelo signatário e outros, recurso de anulação de tal despacho, para o Supremo Tribunal Administrativo.

h) — Em 22/11/78 é publicado, no «Diário da República», n.º

269, II Série, o despacho do ministro do Comércio e Turismo — Pedro José Rodrigues Pires de Miranda — que anula o despacho expropriativo dos terrenos de Sales.

i) — Em 14/7/79, no «Diário da República», n.º 161, II Série é publicado novo despacho declarativo da utilidade pública da expropriação dos terrenos de Sales para o Parque de Campismo, proferido pelo ministro do Comércio e Turismo, Abel Pinto Repolho Correia.

j) — Deste despacho, novamente o signatário e outros interpuseram recurso de anulação para o Supremo Tribunal Administrativo

k) — Por acórdão de 10/12/81, o Supremo Tribunal Administrativo anulou o despacho do ministro do Comércio e Turismo que expropriaria os terrenos para o Parque de Campismo de Sales.

l) — Desse acórdão não foi interposto recurso, pelo que transitou em julgado, tornando-se definitivo e inatacável.

3.º — Não se vê como o senhor governador civil possa estar contra a decisão judicial e pretenda que a Secretaria de Estado de Turismo ou quem quer que seja aceite a construção de mais um Parque de Campismo inútil e em lugar impróprio para evitar a demissão da Câmara, demissão, aliás, que só beneficiaria o concelho de Espinho».

EMENTA NACIONAL

ARAÚJO DE CASTRO

1. NUNCA MAIS OS SAPOS VIVOS

«A Inglaterra espera que todos cumpram o seu dever» — tanto em tão poucas palavras, tal a mensagem que Nelson, antes de atacar as forças francesas em Trafalgar, transmitiu a todos os navios da esquadra britânica. A Inglaterra esperava que os seus marinheiros cumprissem o seu dever. Não só os seus marinheiros nem unicamente na histórica batalha. Os países têm o direito de exigir às suas forças armadas, aos seus estadistas, aos seus funcionários, aos seus cidadãos que cumpram os seus deveres. Na paz e na guerra. Sempre. Nos tempos de emergência, como nos de rotina. Tanto nos grandes problemas como nos pequenos problemas. Ao longo dos séculos, milhões e milhões de homens perderam a vida no cumprimento do seu dever. Os princípios da nossa civilização ocidental foram, milhares de vezes, defendidos pelas armas contra as forças destruidoras da barbárie.

Naturalmente que os marinheiros ingleses ficaram emocionados, quando ouviram tais palavras. Também natural seria que se rissem a bandeiras despregadas se em vez daquelas palavras solenes, ouvissem com ar austero que Sua Magestade o Rei da Inglaterra esperava que os seus funcionários entrassem a horas nas repartições.

Mas as próximas eleições para as autarquias locais não são mais um acto sem significado, nem acto de rotina. Podem ser um acto decisivo para a vida do País. É que a sobrevivência das Nações não se discute apenas nos campos de batalha; depende, muitas vezes, da neutralização nas urnas de um inimigo interno mais perigoso que o inimigo exterior. E nós não podemos passar a vida a engolir sapos vivos. Aviso aos eleitores de Espinho, a todo o eleitorado autenticamente português.

2. OS ELOGIASTAS MÚTUOS

Mais do que ridículo, burlesco e ratão o facto socio-cultural que é o grande amor da borracheira comunista orquestrada desastrosamente por esse vômito negro, cara de eunuco arrumado ao canto da prateleira, semivivo embrutecido e fanatizado — Álvaro Cunhal; facto sócio-cultural, digo, referindo-me aos «movimentos unitários» forçados nos antros adúlteros dessa fossa da mentira e da pulhice, que é a agência em Portugal do partido soviético. Do esterquilínio, do monturo so podem sair excrementos. Por isso há movimentos unitários de tudo a soldo da esterquice moscovita e até um «movimento unitário dos trabalhadores intelectuais», volutabro onde foram ensardinados rixosos, crapulas, vágulos, economistas, cômicos de circo, cantadores de fado, fadistas de faca na liga, actores sem contrato, escribas, rufiões, escritores, músicos, canoras e valetes, artistas sem arte, propagandistas e espertalhões. Todos os elementos que constituem esta série zoológica, têm uma característica comum, aliás predicado a eles atribuído, logo de entrada, pelos papa-bananas cunhalistas: todos eles têm como o Joaquim Letria, gramofone da Presidência da República, incurso talento. Todos eles são formosíssimos talentos que se preocupam com grandes, enormes, soberbos problemas: a defesa da Constituição, das conquistas de Abril, da Reforma Agrária, dos nabos saloios e da conservação das sabogas em salmoira.

Para além de tudo isto ainda lhes sobra uma outra característica básica — a do elogio mútuo. Mais apropriada seria a designação de «movimento unitário dos elogiastas mútuos».

Assim, um maestro das «papoilas vermelhas» vai a Moscovo e ali pregam-lhe com uma condecoração porque é um antifascista burguês. E logo os papa-bananas proclamam-no o expoente máximo da música portuguesa. Um fadista bordeleiro foi à rádio moscovita, vomitou uma cantilena agoiorenta. Logo os papa-bananas o promoveram a maior representante da alma lisboeta. Um poeta desgraçado ou mesmo ex-pirata de Argel publica um livro de versos envergonhados. Imediato, os papa-bananas afirmam que é o maior génio poético dos últimos tempos. Um granzina qualquer lembra-se de publicar um conto de segunda, porque a terceira, como na CP, já acabou. Acto contínuo, os papa-bananas, afinadinhas, garantem que aquilo é que é bom, porque até ali todos os contos eram feitos a martelo. Um filósofo da cultura publica um livro sobre cultura marxista que ninguém lê. Os papa-bananas não perdem tempo e excrementam que bom seria que a cultura fosse planificada, marxizada, soviética e, sobretudo, subsidiada. E os intelectuais unitários, incendiários, pirómanos, como o Rui Grácio, não param de esparralhar luz, muita luz, enquanto os papa-bananas não se cansam de fazer o «elogio da mediocridade».

3. EM DOMINÓ DE MODERADO E CONSERVADOR

Atrás dele, enquistados para não o prejudicarem, o bisonho Melo Antunes, a exerescência tumoresa do Conselho da Revolução, Cunhal o venerável grande oriente lusitano. Uma companhia que não o deve deixar dormir muitas noites. Não admira que nessas noites de insónia ele tenha montado certa manobra. Tem perdido batalha sobre batalha, mas está decidido a não perder a guerra. Quem lhe meteu esta na cabeça deve ter sido o talentoso Joaquim Letria, jornalista consumado, com uma extraordinária obra no jornalismo português do século XX. Obra extraordinária que ninguém conhece, que ninguém sabe onde está, porque o assombroso jornalista guarda a sua obra nos mais recônditos arcanos do seu incurso e formoso talento.

Presidente de todos os Portugueses, menos dos da A.D., por detrás da máscara da verdade, o que para ele importa é sair do erascanço comprometido em que ficou preso, por causa do seu simbólico silêncio no último assalto comunista ao poder.

«VÃO À PÓVOA COPIAR O EXEMPLO...»

Recebemos ainda uma carta de J. Rodrigues da Fonseca, Idanha, Anta, expondo o seguinte:

Li há algumas semanas no vosso conceituado semanário que está para breve a demolição do velho Teatro S. Pedro, para no mesmo local construir um edifício com centro comercial e um novo cinema moderno e dignificante. Tudo parecia normal, se não estivesse em causa a imposição

por parte da Câmara de se construir um edifício de rés-do-chão e 3 andares, num local daqueles, de grande centro, de soberbas condições para quem viaja de comboio se certificar que realmente Espinho é uma cidade e não outra coisa qualquer da Província.

Pelos vistos o plano de Urbanização que a Câmara tem de ser coisa já ultrapassadíssima ou

então dentro daquele edifício não há homens com vontade de servir Espinho.

Os proprietários, pelos vistos, pretendiam edificar um prédio de 4 ou 5 andares, mas encontraram pela frente a oposição de uma Câmara estática aos reais problemas da terra.

Revejam esse antiquado plano urbanístico. Vão à Póvoa do Varzim copiar o exemplo de constru-

ção e... decidam-se que Espinho está adormecido em relação às outras cidades novas do país.

Queriam ainda formular aqui nova pergunta: porque tem autorizado a Câmara obras de beneficiação a quarteirões para demolir e a construção de garagem e outros mamarrachos no centro da cidade? Não será isso inimizado ao desenvolvimento de Espinho?

O síndrome da RDP

O carnaval político-sindical dos últimos 15 dias, em que a CGTP quis transformar-se, por um processo que culminou, a 12 de Fevereiro, naquilo que efectivamente não é - entidade estritamente defensora dos interesses laborais dos portugueses - projectou-se no cenário da RDP. Inevitavelmente.

Aos Órgãos da Comunicação Social manipulados pela esquerda regressou assim a quimera, sempre conveniente quando se pretende desacreditar o poder em nome da legalidade do «Portugal de Abril» (conceito que acaba de ser evocado pelo Conselho de Imprensa, e que se contrapõe claramente a «estado democrático»), da absoluta objectividade da Informação.

Dois inquéritos foram levantados, o primeiro a propósito do programa «Praça Pública», e tendo como objecto a orientação do próprio responsável maior, o Director da Informação, jornalista Gabriel Viegas, e o segundo aplicado a um jornalista que, de modo pouco hábil - poderia ter colocado as suas afirmações na boca de outrem, o que não deixava de ser verdade - comentou, desfavoravelmente a intervenção governamental criadora de transportes alternativos, mormente na área de Lisboa, para que o público continuasse a dispor de autocarros para se deslocar da habitação ao posto de trabalho e vice-versa.

NÃO A LEI DE IMPRENSA

Eu continuo com incorrigível confiança a crer numa informação pública livre, aberta e democrática, apenas condicionada pelas leis gerais do País, Código Penal, mecanismos eleitorais e, naturalmente, pela carga cultural e política dos jornalistas.

Por isso rejeito, não apenas a necessidade de existência de uma Lei de Imprensa, mas também as estruturas estatais da Informação tal como se apresentam no tal «Portugal de Abril».

Elas tendem a tornar-se governamentais, o que dista um pequeno passo de serem partidárias.

E considero que essa rejeição deve ser total, sem a mínima condescendência, num país que se reclama de democrático e que avança para a integração europeia, e sobre o qual corre o boato - a que, em 1867, já se referia Eça de Queirós - de ser o mais livre do mundo.

Um Estado com tal regime e semelhante concepção de informar não deve alimentar fraquezas como uma televisão, rádio ou imprensa tuteladas pelo Governo, qualquer que ele seja. Quando o faz, os resultados falam por si. Encerram-se órgãos que não se podem controlar (caso de «O Século»), confundem-se informação com propaganda, em nome da formação do povo e da educação política, maximalizam-se as limitações aos grupos independentes, sejam ou não afectos a associações sócio-políticas, protege-se sistematicamente o poder ou o contra-poder infiltrado, e tudo isso, como é velho e relho, a expensas do povo contribuinte.

Não é demais acrescentar que nos países onde coexistem informação estatal e privada, e há uma tradição e uma prática de liberdade, os órgãos efectivamente suportados, em termos económicos, pelo erário público, são administrados e dirigidos por entidades escudadas em estatutos que lhes garantem plena independência face aos executivos e às maiorias partidárias onde emanam. E se tal estatuto de

independência não pode acabar por declarar-se um disfarce, tão-pouco deverá servir para que essas administrações façam uma política de colagem às oposições, atacando por via de regra as políticas governamentais.

Aliás, importa lembrar que o Governo actual caminha para a libertação dos órgãos da Comunicação Social que herdou, e que só não o fará com a rapidez que os valores que defende impõem devido às limitações de ordem constitucional. Mesmo assim já anunciou a transformação da Secretaria de Estado competente em Direcção-Geral, e a próxima autonomia da Rádio Comercial face à RDP.

A IMPORTÂNCIA DO JORNALISTA

Ser independente é, nesse como noutros domínios, assumir em cada situação, por amor da liberdade e da verdade devidas ao público e ao superior interesse nacional, a posição julgada mais justa.

É claro que em todo esse processo o jornalista acaba por ser a peça fundamental. Daí que a sua actividade deva basear-se numa sólida formação profissional e cultural, e em condições seguras e contínuas de conhecimento e divulgação daquilo que para ele é a verdade e a justiça. Daí que, num regime de liberdade de opinião e de pluralidade de órgãos de comunicação social, o jornalista consciente e hábil deve poder «a priori» escolher o sector de comunicação onde melhor possa realizar a sua acção informativa e formativa, noticiar e comentar.

Dito de outra forma, numa sociedade de informação livre, a relação entre os órgãos de comunicação social privados e os do Estado, se este os tiver, poderá ser a da dependência face

aos interesses da propriedade e do público, e a do não condicionamento aos interesses políticos, sociais e económicos de quem quer que seja. Nos regimes de liberdade de opinião, o Estado, no caso de possuir, por imperativos de ordem constitucional ou outras razões, meios de informação, deverá garantir aos jornalistas com bons conhecimentos das ciências e das técnicas da comunicação social a possibilidade de exercer convenientemente a sua função de informar, cabendo o julgamento desta a entidades ou órgãos em posição transcendente e imparcial.

Ora, positivamente, não vejo como possam adequar-se a tal exigência administrações cujo poder advém, simples e directamente, de um membro do governo que as escolheu e nomeou. E isso tem sido moeda corrente nos últimos oito anos.

Dessa prática resulta - e não apenas pela influência, que é visível, dos grupos de pressão política, e pelas rivalidades e lutas ideológicas - uma sucessão de conflitos no dia a dia das empresas de comunicação social tuteladas pelo Governo, que são mais do que o choque entre os que procuram suscitar aplausos ou compreensão, e os que pretendem criar climas adversos e crises governamentais.

Dificilmente, sem o ónus da carreira desviada ou interrompida, vemos o jornalista dos órgãos estatais poder assumir, em cada situação, a liberdade de interpretar com frontalidade os acontecimentos, por mais delicados que se apresentem. Essa condição - a liberdade de ser frontal sem querer afrontar - é a mais valiosa de todas as que a profissão contém. Di-lo sem dúvida o público, que é simultaneamente o juiz e o mercado consumidor. E sentem-no os jornalistas.

MÁRIO FIGUEIREDO (1)

A ESTRUTURA DA RDP QUE TODOS PAGAM

Não possuo fecunda informação sobre os intervenientes ou sobre as argumentações dessa questão, nem é minha intenção aprofundar o campo onde se produz a informação da RDP, mas tão-só antepor ideias e princípios.

A «Praça Pública» não deu divulgação a um depoimento de Kalidas Barreto, do Secretariado da CGTP, e o jornalista alvo do segundo inquérito criticou o Governo por desviar recursos avultados para benefício dos utentes dos transportes colectivos. Aparentemente, houve «fecho» de informação, em qualquer dos casos, que aparecem objectivamente como elementos compensadores. Terá actuado, pela negativa, na primeira situação, a propaganda governamental, e dada cobertura, na segunda, à campanha de crítica do monopólio sindical marxista. Pergunto, todavia: para além dos interesses antagónicos dos dois blocos, como tem funcionado permanentemente a informação da RDP? A questão - fundamentos da greve, seu processo decisório, interesses inalienáveis dos utentes, situações congêneres noutros países, a ocidente e a leste, posições dos gestores das empresas públicas em causa, explicações da área governamental dos Transportes, óptica dos empresários privados, reflexos no conjunto da economia - foi tratada nos seus variados aspectos, designadamente em mesas-redondas alargadas? Foi assegurado o concurso de analistas manifestamente independentes, ou de profissionais ao serviço da informação privada?

Em síntese, teve o público ovinente acesso a um quadro minucioso que esclarecesse a polémica, ficando designadamente a saber que o progresso do País e o progresso do seu viver dependem da nossa capacidade de redução do endividamento em relação ao exterior, e que a opção do Governo, a esse respeito, é a de destinar tal endividamento a investimentos reprodutivos, e não ao consumo ou a suportar custos derivados de galopantes surtos grevistas?

Por outras palavras, ficou a saber o País que uma das formas

a evitar que o Governo consiga concretizar os seus objectivos - 10% de crescimento do investimento produtivo privado e 8% das infraestruturas sociais a cargo do Estado - é precisamente obrigá-lo, para evitar a deterioração do clima social, a desviar os meios de que dispõe para atenuar os efeitos das paralisações?

A CAUSA DO POVO

Pelo que sei, a resposta só pode ser negativa. E essa devia ter sido a preocupação dominante da estrutura da RDP, não hesitando em empregar todos os seus meios para conseguir esse objectivo.

Não é outra a causa do povo. Nem deve ser diferente o serviço de um órgão de Comunicação Social que pertence ao Estado.

Emmanuel Mounier disse um dia que quando os homens já não sonham com catedrais deixam de construir mansardas. É por isso que a luta pela liberdade da Informação em Portugal - Anos 80 implica, enquanto os houver, órgãos de Comunicação Social do Estado que rompam intimidadores jogos de forças, que afastem a miopia ideológica e a confusão. Mas não dispensa a alienação dessa propriedade.

É ainda Mounier quem interroga: «Que valor teria a liberdade se eu não pudesse optar senão entre a peste e a cólera?» Dito de outra forma, qual seria a liberdade dos portugueses se apenas pudessem escolher entre o marxismo e o socialismo democrático, ou entre o socialismo democrático e a social-democracia?

O homem livre, que o mundo interroga e ao qual responde, deseja uma informação dia a dia renovada, criativa. Por isso não deve aceitar o papel de contribuinte conformista para uma comunicação social estatizada, pois nela, ao contrário da informação privada, todos os caminhos se lhe cerram. Não tem valor o mercado. As petições são inúteis. A rejeição é impossível.

Está como que sujeito à máxima de Maomé: não procura a taxa, mas ela vem, pontualmente, ter com ele.

(1) Chefe de redacção adjunto de «O Primeiro de Janeiro»

Farmácia a sul da cidade

- porquê o seu indeferimento?

PAULO MALHEIRO

Como todos sabem, Espinho-cidade tem ao seu serviço cinco estabelecimentos farmacêuticos. Um na Rua 62 (Grande Farmácia), outro na Av.º 8 (Farmácia Teixeira) e os restantes três na artéria principal, a Rua 19 (Farmácias Santos, Paiva e Higiene). Significa isto, que Espinho dispõe de cinco farmácias todas elas a norte da Rua 19 já que a sul desta nunca houve, nem por certo haverá uma farmácia na cidade.

Pelo menos, isto foi o que pretenderam os senhores da Câmara Municipal de Espinho, ao indeferirem, lamentavelmente, o pedido de abertura de uma farmácia na zona sul da cidade. Essa solicitação partiu de um farmacêutico não espinhense mas que por acaso, até é da vizinha localidade de Grijó.

O motivo de tal indeferimento parece estar no protesto das restantes farmácias existentes que alegam

que a abertura de uma nova a sul, ou noutra zona citadina que fosse, seria a falências das actuais cinco.

Ora se bem nos lembramos, e a memória não nos é assim tão curta, em tempos Espinho teve já seis estabelecimentos farmacêuticos, tendo encerrado um, que era a Farmácia Rocha, situada na Rua 19 e onde hoje está a casa comercial Souzê.

Eis, pois, como as entidades autárquicas desta terra nada fazem em favor do seu povo, quando o pedido de abertura de uma farmácia a sul da cidade muito iria contribuir para o bem estar, melhor e mais rápido acesso das populações residentes nessa zona, e não só.

Mas como parece existir ainda homens de boa vontade na nossa autarquia, é muito possível que o caso venha a ser revisto, e que, finalmente, Espinho venha a farmácia ter de que há tanto necessita, na sua zona sul.

Porque podem não reflectir a linha editorial do «Defesa de Espinho», os textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

DEFESA DE ESPINHO

Semanário ☆ Sai à quinta-feira

Fundado em 27 de Março de 1932 por Benjamim da Costa Dias ☆ Propriedade da EMPES - Empresa de Publicidade de Espinho, Lda. ☆ Redacção e Administração na Rua 26 n.º 601-2.º-Esq. - Apartado 39 - 4501 ESPINHO Codex - Telefone 721525 ☆ Maquetagem da EMPES - Publicidade ☆ Fotocomposição e impressão nas Oficinas Gráficas de «O Comércio do Porto», Avenida dos Aliados, 107 - 4008 PORTO Codex - Telefones 21021/2/3 ☆ Tiragem média de 3.500 exemplares.



PORTE PAGO